

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História e Antropologia

Bacharelado em Museologia



Monografia

O Culto da Saudade no Sul do Brasil: a influencia do pensamento de Gustavo Barroso nos Museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense

Joana Soster Lizott

Pelotas, 2011

Joana Soster Lizott

O CULTO DA SAUDADE NO SUL DO BRASIL
A influencia de Gustavo Barroso nos museus Histórico Farroupilha e
da Biblioteca Pública Pelotense

Trabalho acadêmico apresentado ao Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

Pelotas
2011

Dedico esse trabalho

Aos meus pais Isolde e Ademar,
por orientarem meu caminho e confiarem nas minhas maluquices

À minha nona Luiza, com muita saudade

Agradecimentos

Começo agradecendo à minha orientadora, professora Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, pela confiança no meu trabalho, apoio, estímulo e compreensão, não só nessa fase final do curso, mas desde o início, pelo empenho na formação do curso de museologia e pelas oportunidades que me proporcionou.

Agradeço também a todos os professores do curso, mesmo aqueles que já não fazem parte, pela relação próxima que souberam desenvolver com nós alunos, e pelo incentivo intelectual e pessoal. À todos os meus colegas, pelos momentos de diversão e crescimento, pelos conselhos, pela paciência e por terem ajudado há tornar esses anos ainda melhores. Aos funcionários do curso, especialmente à museóloga Joana Angélica Flores Silva, pelas conversas e conselhos que me ajudaram não só na escolha do tema dessa pesquisa, mas também em outras decisões importantes.

Sou grata ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), pois foi graças à pesquisa financiada, que descobri o tema desse trabalho. Assim, não posso deixar de agradecer à Biblioteca Pública Pelotense, principalmente à funcionária Sonia Garcia, que sempre atendeu prontamente as pesquisas no Arquivo Histórico da instituição. Também agradeço à toda equipe de funcionários do Museu Histórico Farroupilha, aos diretores Bruno Oliveira Ávila e Angélica Barroso Panattieri, que atenciosamente permitiram meu livre acesso à documentação do Museu. Agradeço ainda ao Sr. Orly Frotta, pela atenção e disponibilidade na entrevista realizada.

Agradeço de forma especial à algumas pessoas que me ajudaram nesses quatro anos de curso. À Ana Clara Holz, por proporcionar um verdadeiro lar em Pelotas e a Helenize Serres, pela amizade e pelo auxílio nas dúvidas de fundo histórico. .

Sou especialmente grata a Augusto Duarte Garcia, por ter me apresentado o Museu Histórico Farroupilha e Piratini, pela importante colaboração nesse trabalho, seja nas conversas sobre o tema, ou como funcionário do museu. Mas sou grata principalmente pela profunda amizade, carinho e companheirismo que me proporcionaram os momentos mais felizes desses anos. Esse agradecimento se estende também a sua família, que sempre me recebeu com muito carinho.

Por fim, agradeço aos meus pais Isolde e Ademar e minhas irmãs Carla e Luiza, pela compreensão, a paciência e a confiança, por estarem sempre comigo apesar da distância.

*As instituições museais tem a vida que lhes é dada
pelos que nela, por ela, e dela vive.
Mário Chagas*

RESUMO

LIZOTT, Joana Soster. **O culto da saudade no sul do Brasil: a influencia do pensamento de Gustavo Barroso nos museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense.** 2011. 57p. Monografia (Graduação) – Curso de Bacharelado em Museologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

Essa pesquisa, através da análise das trajetórias dos diretores dos museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense - Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes respectivamente -, abordou os elementos que os aproximaram do pensamento e das práticas de Gustavo Barroso, enquanto personagem da institucionalização da museologia no Brasil. Assim, o trabalho procurou mostrar a influencia de Barroso nas concepções e práticas museológicas dos dois diretores locais, dando destaque para o elemento que mais relaciona a ação dos três: o “Culto da Saudade”. Nesse sentido, Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes são definidos como agentes defensores do patrimônio regional, situando as suas realizações e caracterizando as mesmas dentro do contexto geral de preservação da época (anos 30 a 80).

Palavras-chave: pensamento barroseano, Gustavo Barroso, Museu Histórico Farroupilha, Museu da Biblioteca Pública Pelotense.

Lista de Abreviaturas

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MHF – Museu Histórico Farroupilha

MBPP – Museu da Biblioteca Pública Pelotense

MHN – Museu Histórico Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGBRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

DAC – Departamento de Assuntos Culturais

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul

Lista de Figuras

Figura 1: Sessão de numismática do Museu Histórico Nacional	35
Figura 2: Vitrine em cedro com lâminas de vidro meio cristal lapidado	35
Figura 3: Vitrines usadas na sala dos Vice-reis no Museu Histórico Nacional	35
Figura 4: Vitrine em cedro com lâminas de vidro meio cristal lapidado	35
Figura 5: Museu da Biblioteca Pública Pelotense em 1977	42
Figura 6: Busto de Bento Gonçalves no Museu Histórico Farroupilha	45
Figura 7: Adão Amaral mostrando as condecorações de Bento Gonçalves	46
Figura 8: Urna dos votos que elegeram Bento Gonçalves	46

.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	08
1.CONSTRUINDO MUSEUS: AÇÕES DE DOIS AGENTES DO PATRIMÔNIO.....	13
1.1 Patrimônio e produção historiográfica na região sul do Rio Grande do Sul (anos 1930-1980)	13
1.2 Henrique Carlos de Moraes e a defesa do patrimônio regional.....	19
1.3 Adão Amaral e a busca pela memória farroupilha.....	23
2. "CONSERVADOR DE MUSEU": A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS NOS MUSEUS HISTÓRICO FARROUPILHA E DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE.....	29
2.1 Elementos barroceanos em Henrique Carlos de Moraes e Adão Amaral.....	29
2.2 O “Culto da saudade” – a pratica antiquaria herdeira de Gustavo Barroso	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	54

Introdução

Esse trabalho buscou, através da análise das trajetórias dos diretores dos museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense, elencar elementos que os aproximassem do pensamento e práticas de Gustavo Barroso, enquanto personagem da institucionalização da museologia no Brasil.

O estudo sobre dois museus da região sul do Rio Grande do Sul, iniciou ainda em 2009, com a pesquisa de iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) *Os museus e a cidade, relatos de uma relação nem sempre tão harmônica*. O objetivo era buscar a trajetória histórica dessas duas instituições em relação com suas respectivas comunidades. Um aspecto em comum entre ambas acabou chamando atenção e direcionando o estudo para dois personagens essenciais para o entendimento desses museus. Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes dirigiram e se dedicaram ao trabalho quase até suas mortes, determinaram os caminhos desses museus e contribuíram para o processo de construção da memória regional.

O Museu Histórico Farroupilha (MHF) e Museu da Biblioteca Pública Pelotense (MBPP) - localizados respectivamente nas cidades de Piratini e Pelotas -, compartilham o fato de terem tido a sua frente por muitos anos um mesmo diretor, que definiram seus discursos e quais memórias seriam guardadas ou não por eles. Assim, Henrique Carlos de Moraes e Adão Amaral, que não possuíam uma formação específica em museologia, marcaram, cada um a sua maneira, os caminhos seguidos por essas instituições ao imprimir suas ideias e práticas e tiveram suas vidas atravessadas pelo estreito vínculo tecido com os acervos pelos quais foram responsáveis. A dedicação e a paixão de ambos resultaram no significado que essas instituições refletiram para as suas respectivas comunidades.

Adão Amaral, o bibliotecarista piratinense que há muitos anos morava na capital do estado, foi incumbido da missão de reunir os resquícios materiais de um acontecimento que mais de cem anos depois ainda permanecia muito vivo na cidade de Piratini. Um dos mais

fortes elementos identitários do Rio Grande do Sul, a “Revolução Farroupilha” que teve a primeira capital de sua República rio-grandense nessa cidade. Esse elemento pode ser um dos grandes motivos do interesse do Governo do Estado na aquisição do prédio que hoje abriga o museu, onde teria funcionado nada menos que o Ministério da Guerra Farroupilha. Um lugar ideal para a representação de um dos eventos mais cultuados e reverenciados pelo povo rio-grandense. Assim, em 1953 foi fundado o Museu Histórico Farroupilha, com acervo adquirido pelas peregrinações de seu diretor ao interior do município, na conversa com as famílias que pela credibilidade passada pela sua figura, confiavam ao novo museu uma parte da sua história (não necessariamente relacionada com a revolta farrapa) ¹. O diretor ficou no cargo até 1979 e faleceu em Piratini, em 1990.

Henrique Carlos de Moraes assumiu o Museu da Biblioteca Pública Pelotense no início dos anos 1940, sendo que já era funcionário da Biblioteca desde 1933. Embora tenha assumido uma das instituições museais mais antigas do Rio Grande do Sul uma vez que foi criado em 1904 dentro da Biblioteca Pública, o museu se encontrava com pouca expressão, tanto que Moraes foi o seu primeiro diretor, quase quarenta anos após sua fundação. Diferente do Museu Farroupilha, o Museu da biblioteca possuía um acervo muito variado, com peças históricas e artísticas, mas também com espécimes de história natural e uma coleção documental, que organizada e enriquecida por Moraes hoje compõe os fundos documentais da biblioteca, referencia para vários pesquisadores.

Os cinquenta e três anos (1933-1986) que Henrique Carlos de Moraes dedicou à biblioteca pública foram marcados pelo trabalho como funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, perito em Belas Artes, Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Técnico em assuntos culturais nível superior, o que juntamente com outras ações podem caracterizá-lo como um agente de defesa do patrimônio cultural regional.

Na busca pela compreensão desses dois personagens como agentes patrimoniais militantes da sua defesa e nas ações desenvolvidas nos museus que trabalharam, surgiu a hipótese de que sua principal referencia seria o pensamento museológico de Gustavo Barroso. A ideia apareceu ao serem vistas as indicações feitas por Henrique Carlos de Moraes ao livro Introdução à Técnica de Museus e pelo mesmo ter participado de um estágio no curso de museus do Museu Histórico Nacional (MHN) em 1942². Adão Amaral também faz referencia

¹ Raul Amaral, Ceura Amaral Frotta e Orly M. Frotta. Entrevista realizada em 27/10/2007, por Augusto Duarte Garcia, concedida como contribuição para o projeto Museus e cidades: relatos de uma relação nem sempre tão harmônica.

² “Minha formação de Museólogo”. Documento datilografado assinado por Henrique Carlos de Moraes. Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Pasta CDOV - A/HCM-016.

ao mesmo livro, pedindo um exemplar em correspondência dirigida ao autor. Além disso, durante a pesquisa, verificaram-se algumas semelhanças no trabalho de ambos com o pensamento de Gustavo Barroso, principalmente no tocante a relação com os objetos, “evocadores de memórias”.

Localizados em prédios cuja história se confunde com a própria história de suas cidades, tanto o MHF ou o MBPP quanto o Museu histórico Nacional (MHN) possuem em comum a regência de determinados sujeitos que configuraram a formação do acervo e na sua constituição. Os três diretores se envolveram na criação e consolidação de instituições culturais, envolvimento esse que exigiu a dedicação de uma vida inteira. Gustavo Barroso fundou o Museu Histórico Nacional em 1922 e o dirigiu até 1959, ano de seu falecimento³. Nesse sentido, a pesquisa procurou entender se as formas de lidar com o passado desenvolvidas pelo diretor do MHN realmente se manifestaram nessas duas instituições museais, relacionando-as com as concepções de patrimônio, formas de ver o passado e as práticas dos seus diretores, comparando-os com os projetos e ideias museológicas de Gustavo Barroso.

Dessa forma, pensando em referências que ajudem a identificar práticas e propostas museológicas reveladoras da busca de uma determinada identidade – seja ela nacional como no projeto de Gustavo Barroso, ou seja, regional no caso dos museus trabalhados -, a pesquisa pode trazer uma melhor compreensão de como se deram os processos de constituição da memória histórica regional e como isto se reflete nas comunidades envolvidas.

Além disso, entre os estudos que analisam a trajetória de preservação no Rio Grande do Sul, e mesmo os dedicados às concepções e práticas do Gustavo Barroso, ainda são poucos, embora nos últimos anos alguns trabalhos importantes e centrais para esta pesquisa tenham surgido. Refiro-me aqui a atualidade do tema a ser estudado, situando o contexto regional nesse debate.

Num primeiro momento deste trabalho, foram procurados estudos referentes à figura de Gustavo Barroso, de forma a dar subsídios para uma possível comparação com Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes.

Entre esses trabalhos estão as dissertações de Aline Montenegro Magalhães e Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira. A primeira, *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)* que foi fundamental para a

³ Somente de 1930 a 1932 Barroso ficou afastado da direção do museu. De acordo com Aline Montenegro Magalhães (2004, p.43), teria sido por ordem do Presidente Getúlio Vargas, aparentemente devido ao apoio do diretor à candidatura de Júlio Prestes nas eleições de 30.

caracterização do “Culto da saudade”, e também para a compreensão da concepção de patrimônio de Gustavo Barroso. Já o trabalho de Ana Audebert, *O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso* privilegia seu pensamento museológico, levando em consideração os diversos projetos nos quais e a partir dos quais esse pensamento se constituiu, além de trabalhar a ideia de “Culto da saudade” como uma prática antiquária. Esse conceito foi fundamental para a confecção do trabalho, uma vez que foi tido como principal ponto de encontro entre os três diretores.

Também foi importante o trabalho da antropóloga Regina Abreu, *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, através da análise do ingresso da doação da coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional, interpretou as relações estabelecidas entre o fundador e diretor do museu, Gustavo Barroso, e o surgimento de um modelo de museu histórico diretamente relacionado ao ideário de seu fundador.

Por fim, a tese de doutorado de Mário Chagas *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*, trouxe uma dimensão das ideias museológicas de Gustavo Barroso, na perspectiva de sua “imaginação museal”.

Da mesma forma foi utilizado um trabalho referente a Henrique Carlos de Moraes. Trata-se da Dissertação de Mestrado de Maiquel Gonçalves Rezende, *Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933-1986)*.

Para a compreensão e contextualização dos sujeitos estudados com a produção histórica de suas épocas de ação, foi utilizada a obra *A historiografia Rio-grandense*, de Ieda Gutfreind. Já a compreensão das ações de proteção do patrimônio no período estudado foram estudadas na tese de Ana Lúcia Goelzer Meira *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*.

Os dados sobre os trabalhos desenvolvidos por Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes foram obtidos em dois fundos arquivísticos, nas cidades de Piratini e Pelotas.

No arquivo do Museu Histórico Farroupilha foram encontrados documentos administrativos relativos à atuação de Adão Amaral na direção do museu, além do acervo da extinta biblioteca. Mesmo sendo uma documentação de caráter impessoal, foi possível captar algumas das ideias do diretor do museu farroupilha. Vale destacar, que o acesso a esses documentos foi muito facilitada pela direção do museu. Além disso, entrevistas realizadas

para a pesquisa FAPERGS⁴, com familiares do mesmo, permitiram mais algumas informações sobre o diretor, do qual poucos registros foram encontrados.

As fontes sobre Henrique Carlos de Moraes são bem mais representativas. Atualmente o Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense possui um fundo documental com o seu nome, registros de quem teve a preocupação de manter vivas as informações sobre sua vida. Assim, esse fundo revelou-se muito fecundo auxiliando no entendimento da figura de Henrique Carlos de Moraes, sobre o qual, inclusive, já existem trabalhos publicados.

Dessa forma, os dados obtidos permitiram dividir o trabalho final em dois pontos principais: a atuação em defesa do patrimônio regional por Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes e a influencia do pensamento de Gustavo Barroso sobre as práticas de ambos.

Assim, num primeiro capítulo foram abordadas as ações de Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes, no sentido de defini-los como agentes defensores do patrimônio regional, situando as suas realizações e caracterizando as mesmas dentro do contexto geral de preservação da época (anos 1930 a 1980). Nesse sentido, foram trabalhadas as ações de Adão Amaral para a constituição do Museu Histórico Farroupilha, destacando suas intenções e atuações na cidade de Piratini e a ação de Henrique Carlos de Moraes como membro do SPHAN e como diretor do Museu da Biblioteca Pública Pelotense.

No segundo capítulo está a influencia de Gustavo Barroso nas concepções e práticas museológicas dos dois diretores, dando destaque para o elemento que mais relaciona a ação dos três: o “Culto da Saudade”, identificando-o em algumas das práticas de Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes.

⁴ A pesquisa é a já referida, “Os Museus e a Cidade, registros de uma relação nem sempre tão harmônica”.

1. Construindo Museus: ações de dois agentes do patrimônio

Ao pensar no trabalho desenvolvido por Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes, foi possível a caracterização de ambos como pessoas que se envolveram ativamente na proteção do patrimônio cultural, mesmo sem ter uma formação específica na área. Esse foi o critério escolhido para entendê-los como agentes do patrimônio.

Por isso, este capítulo pretende demonstrar como se deu a participação de cada um na defesa do patrimônio cultural local, contextualizando com a trajetória da preservação no Rio Grande do Sul.

1.1 Patrimônio e produção historiográfica na região sul do Rio Grande do Sul (anos 1930-1980)

Henrique Carlos de Moraes e Adão Amaral atuaram em museus, cada um a sua maneira, num período que vai desde os anos 1930 até a década de 1980. Esse recorte temporal passa por diversas fases político-administrativas nacionais, incluindo dois regimes militares no poder, a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a consolidação das políticas de defesa do patrimônio no Rio Grande do Sul.

Nesse amplo espaço de tempo, os valores atribuídos aos bens tombados variaram conforme o contexto da sua época. Como coloca Ana Lúcia Goelzer Meira, cada momento histórico apresenta formas diferentes de lidar com o passado, de forma que o passado não é neutro. Assim, “o patrimônio não existe fora do campo das representações – pressupõe atribuição de significados e de valores que mudam com o tempo, com a sociedade” (MEIRA; 2008, p, 21). Sua preservação serve de referência, é “o conjunto das permanências pelo meio das quais as sociedades se reconhecem, se identificam, constroem e reconstroem os seus valores e a sua trajetória” (2008, p.15).

O movimento da preservação no Rio Grande do Sul começa antes mesmo da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. As ruínas de São Miguel Arcanjo foi o primeiro local a ser considerado “lugar histórico” pelo governo do estado em 1922. Mesmo assim, Ana Lucia Goelzer Meira coloca que os dez primeiros anos de criação do SPHAN são essenciais para entender as escolhas realizadas sobre os bens que deveriam integrar o patrimônio histórico e artístico nacional (2008, p.220).

Augusto Meyer, primeiro representante do SPHAN no Rio Grande do Sul, a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do órgão, listou os primeiros bens a serem indicados. Entre eles estavam testemunhos relacionados ao século XVIII e vão até meados do século XIX, marcado pela Guerra dos Farrapos, definido pelo forte significado para a cultura sul-rio-grandense (MEIRA: 2008, p.225). Assim, se pode dizer que a princípio, as Missões Jesuíticas e a Guerra dos Farrapos serviram de delimitação histórica para a seleção dos bens passíveis de tombamento.

Nos primeiros quatro anos da aplicação do Decreto-Lei nº25⁵, foram tombados dez bens edificados, sendo o segundo maior número de bens tombados no Rio Grande do Sul no século XX, superado apenas na década de 1990 (MEIRA: 2008, p.318). Segundo Ana Meira, esse grande número de tombamentos iniciais pode ser explicado pela listagem que Augusto Meyer havia feito, com bens que aguardavam apenas a promulgação da lei, de forma que havia uma demanda reprimida. Mas o principal ponto é que os bens protegidos pelo valor histórico nessa época privilegiavam a Guerra dos Farrapos⁶, por meio da proteção à Casa de Bento Gonçalves, ao Palácio Farroupilha e a Casa de Garibaldi, os dois últimos na cidade de Piratini (2008, p.318-319).

A autora coloca que no Rio Grande do Sul desde 1938 foram abertos setenta e dois processos que correspondem a pedidos de tombamento em nível nacional de aproximadamente cento e cinquenta bens e oito coleções, mas muitos não resultaram em tombamentos (2008, p.215). Praticamente a metade dessas solicitações não foram atendidas (2008, p.220), e os tombamentos efetivados foram relacionados mais aos valores históricos do

⁵ Com o Decreto Lei nº25 de 1937 ocorre a regulamentação e institucionalização das políticas públicas de preservação dos bens culturais no Brasil, tendo o Tombamento como medida impeditiva de descaracterização daqueles bens de interesse para o Estado, fruto de uma política de memória para a nação (REZENDE: 2010, p.45).

⁶ Os bens tombados relacionados à Guerra dos Farrapos são: Casa de Bento Gonçalves em Triunfo (1938), Palácio do Governo Farroupilha em Piratini (1938), a Casa de Garibaldi, também em Piratini (1938), a Coleção de Armas do General Osório, em Porto Alegre (1941), o Quartel General Farroupilha, atual prédio do Museu Histórico Farroupilha em Piratini (1952), a Casa de Davi Canabarro, em Santana do Livramento (1952). Além desses, há os processos da Casa de Antônio Ferreira Viana (Charqueada Valadares) e Casa de Domingos José de Almeida, ambas em Pelotas, que não foram tombadas.

que os artísticos. Uma das hipóteses da sua tese⁷, é que isso poderia ter ocorrido por influência do Estado, ao valorizar os feitos históricos, ou uma consequência dos atributos eleitos pelo SPHAN para representar o patrimônio artístico, nos quais o Rio Grande do Sul não se enquadraria, por não apresentar a opulência das Minas Gerais, Rio de Janeiro ou Bahia. (2008, p.22).

Ainda sobre essa maior atenção dada aos valores históricos, Maiquel Rezende (2010, p.51), coloca a forte influência das tradições culturais e da valorização da história regional no Rio grande do Sul. Esse valor histórico, segundo Meira (2008, p.26) tinha um conceito tradicionalmente associado a fatos políticos, grandes personagens da história oficial e referenciais econômicos. A autora demonstra que é possível relacionar diretamente as inscrições no livro tomo histórico com os valores colocados nas solicitações de tombamento, que buscavam caracterizar os bens como representativos de coragem, heroísmo, liberdade, vitória e patriotismo, geralmente contra os “castelhanos” (MEIRA: 2008, p.429).

A restauração dos bens arquitetônicos tombados no Rio Grande do Sul, no século XX, oscilou entre a proteção ao documento, privilegiando a autenticidade dos elementos construtivos e tipológicos das edificações, e a busca da imagem como representação, valorizando a consagração de aspectos visuais representativos de determinadas ideias coletivas (MEIRA: 2008, p.431).

Essa postura pode ser relacionada com o discurso historiográfico da época, como afirma Maria Eunice Maciel, da concepção de história restrita aos chamados “grandes homens”, aqueles que, geralmente pertencentes às elites, seriam os agentes históricos e aos “grandes feitos”, ou seja, acontecimentos descontextualizados e alheios à ideia de processo, um tipo de abordagem bastante presente na historiografia do Rio Grande do Sul. Segundo a autora, isso se deveria a tradição positivista existente no estado (1998, p.75).

A produção histórica rio-grandense tem como referencia a seção regional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGBRS), criada em 1921 com apoio de Borges de Medeiros (presidente do Estado) e de Getúlio Vargas, no mandato como Deputado. Sobre o instituto, Ieda Gutfreind explica que mesmo com influência do positivismo nos seus membros, tinha uma produção historiográfica de ecletismo teórico (1998, p.29). De qualquer forma, a autora coloca que a produção historiográfica do Rio Grande do Sul na época se

⁷ A referida tese é *O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*, 2008.

dirigia para o nacionalismo, exaltando a fronteira como a importância do estado para a constituição do país. É necessário entender os caminhos da produção histórica do estado pois os dois marcos escolhidos por Augusto Meyer (as Missões e a Guerra dos Farrapos) estavam relacionados à controvérsias historiográficas da época (MEIRA:2008, p.226).

Ao estudar a historiografia rio-grandense, Ieda Gutfreind identifica duas matrizes ideológicas⁸, sendo a matriz platina a que envolveria os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou influência da região do Prata na formação do Rio Grande do Sul. Já a matriz lusitana, minimiza essas aproximações com a área platina, defendendo a supremacia da cultura lusitana na região (1998, p.11). Contudo, mesmo com polêmicas e diferenças entre as matrizes chegando ao grande público, no contexto dos anos 1920, ambas defenderam uma “história politico-ideológica de alto teor nacionalista” (GUTFREIND: 1998, p.30).

Isto pode ser relacionado com o contexto nacional, pois segundo Meira, no Brasil a construção do patrimônio brasileiro está relacionada à construção da identidade nacional em diferentes períodos da história, sendo que no início do século XX o nacionalismo vai ser a base comum de todas as correntes modernistas, mesmo que ideologicamente divergentes (2008, p.106).

Essa tendência nacionalista na historiografia rio-grandense aparece no contexto pós-anos 1920. Embora no final do século XIX o discurso historiográfico trazia um Rio Grande do Sul voltado para si mesmo, capaz de sobreviver somente com as suas potencialidades, com interesses econômico-financeiros específicos e diversidade das demais províncias (GUTFREIND: 1998, p.19), as ideias no pós-1920 traziam uma nova mentalidade impregnada de nacionalismo, girando em torno da unidade nacional. Segundo Gutfreind, respondia a necessidades políticas, num período de propaganda e justificativa do período republicano e do sistema federativo no governo do Estado. Assim, prevalecia o discurso na origem lusitana do estado sulino e no sentimento de brasilidade dos habitantes. Nesse período, o Estado assume um compromisso com a história e financia as pesquisas delegando responsabilidades a seus funcionários para a execução de trabalhos (2008, p.23).

Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando o seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguido com a Revolução de 30, foi a tarefa que os construtores da história gaúcha se impuseram desde a década

⁸ A autora se refere a matriz ideológica como um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve, estando sempre vivas. Representam a busca pela identidade politico-cultural do estado (1998, p.11).

de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação (GUTFREIND: 1998, p.25).

Nesse contexto, Ana Meira coloca que os tombamentos ocorridos no estado estavam relacionados às políticas públicas de dois períodos da trajetória do IPHAN no estado. O primeiro teria sido no Estado Novo quando a preservação do patrimônio foi coerente com o esforço de nacionalidade por parte do governo federal. O outro momento, segundo a autora teria sido nos anos 70-80, quando ocorreram os tombamentos das regiões de imigração, devido à política do IPHAN de reconhecer e promover o mosaico cultural brasileiro (2008, p.427).

Um dos episódios que serviram de alvo nessa construção historiográfica, e também no campo de seleção do patrimônio, foi a Guerra dos Farrapos (1835-1845)⁹. Segundo Gutfreind, a identidade sul-rio-grandense passara a ser questionada desde o conflito pelo Império e pelas versões de cunho separatista do movimento. Mas adquiriu uma nova perspectiva quando políticos e intelectuais sulinos passaram a negar essas opiniões. Nesse sentido, a partir de 1930 vem à tona a negação do separatismo e do platinismo - mesmo com a ambiguidade presente até os dias de hoje - “negam-se aos farrapos desejos separatistas, mas em vários momentos, principalmente de crises econômico-políticas, evocam-se os farrapos e sugere-se o separatismo do Rio Grande do Sul” (1998, p.192).

Nesse sentido, houve um “abrasileiramento” da Revolução Farroupilha na perspectiva da matriz lusitana, sendo que, o Rio Grande do Sul acabava se associando à imagem e semelhança das demais províncias, depois estados brasileiros. Essa corrente se irradiaria com a Revolução de 1930, quando a participação sulina se tornaria intensa em nível nacional e havia o nítido apoio governamental nos órgãos culturais (GUTFREIND: 1998, p.169-170).

Enfim, o mais longo movimento revolucionário do Império, deflagrado na província sulina, emergia para a história como nacional, brasileiro, defensor da República e da Federação. Seus líderes, entre eles Bento Gonçalves,

⁹ A Guerra dos Farrapos – ou “Revolução Farroupilha” como é mais conhecida, foi um confronto entre a Província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) e o Império, “sustentada pelos estancieiros gaúchos que mobilizaram sua peonada”. Em 1838 eles proclamam a República Rio-Grandense, almejando a independência política com relação ao domínio do governo central, mas mantendo laços econômicos com o resto do país, propondo federar-se às demais províncias que quisessem adotar a forma republicana. Piratini foi a capital da nova república de 1836 a 1839 e depois em 1843 até o final da revolta e a dissolução da república, em 1845. Para mais informações, ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 39.

foram reabilitados perante a história. Desfazia-se a imagem que os aproximava dos interesses do Prata. O sentimento de nacionalidade prevaleceu, e o momento mais significativo foi o da aceitação da paz, segundo Aurélio Porto, pois comprovava os sentimentos de brasilidade dos rio-grandenses (GUTFREIND: 1998, p.56).

As controvérsias em relação à Revolução Farroupilha se davam no sentido da defesa da brasilidade do movimento, que passou a ser defendida por muitos historiadores a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas. Este teria sido o maior incentivador da construção da identidade lusitana e brasileira do Rio Grande do Sul (GUTFREIND: 1998, p.194). De 1937 a 1967 – gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, foram tombados dezessete bens edificados, dos quais doze durante os períodos em que Getúlio Vargas foi presidente, todos vindo ao encontro da política pública instituída pelo presidente no sentido de construir uma identidade nacional (MEIRA: 2008, p.286).

Até os anos setenta houve uma prevalência dos bens com valores históricos, relacionados à história oficial da Guerra dos Farrapos, coincidindo com a direção do historiador Dante de Laytano à frente do SPHAN regional (MEIRA: 2008, p.320). Laytano era também diretor do Museu Júlio de Castilhos – o mais antigo museu histórico do Rio Grande do Sul -, além de sócio do IHGBRS e, em 1954 sócio honorário do IHGB nacional. Segundo Ana Goelzer Meira, o tema dos farrapos era um dos preferidos do historiador, que encontrou eco na sua atuação enquanto representante do SPHAN (2008, p.284).

Remetendo mais especificamente à região sul do estado (onde estão Pelotas e Piratini), que possui 19% dos bens inscritos que foram protegidos pelos seus valores históricos, sendo que a maior parte deles foi edificada no século XIX, quando ocorreram a maioria das guerras no Estado. Assim, a ênfase em tombamentos de valor histórico deu-se na metade sul do Estado, onde os conflitos se concentraram (MEIRA: 2008, p.325). Segundo Ana Meira:

No século XIX ocorreram as guerras e as revoluções mais significativas no estado, e, se considerarmos que a maior parte do acervo tombado foi por valores históricos, já era de se esperar que fosse um período com grande incidência de bens protegidos, com atenção especial para a guerra dos farrapos (2008, p.426).

Dessa forma, se pode pensar que no caso do Rio Grande do Sul a preservação do patrimônio e também o discurso historiográfico, ajudaram a construir imaginários sociais, por meio dos quais, de acordo com Ana Lucia Goelzer Meira, uma coletividade pode elaborar

representações de si, designar suas identidades, estabelecer as diferenças de um grupo social para outro, construídas por diferenciados grupos em diferentes lugares e momentos históricos (2008, p.106).

A criação do Museu Histórico Farroupilha e o trabalho de Moraes como Conservador do SPHAN foram influenciados por esses processos de atribuições de valores. Cabe destacar que para cada um dos marcos inicialmente eleitos como referência para os tombamentos no estado, as Missões Jesuítico-Guaranis e a Guerra dos Farrapos foram construídos museus representativos. Posto que o Museu Histórico Farroupilha foi fundado e dirigido por Adão Amaral, e Henrique Carlos se envolveu na criação do Museu das Missões, o que marca a inserção desses personagens estudados nos órgãos de preservação patrimonial do estado.

1.2 Henrique Carlos de Moraes e a defesa do patrimônio regional

O perito em Belas Artes, Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Técnico em Assuntos Culturais do MEC, Henrique Carlos de Moraes, entrou na Biblioteca Pública Pelotense em 1933, atuando como voluntário na instituição nos assuntos de preservação (REZENDE: 2010, p.55)¹⁰. Trabalhou no local por 53 anos, se dedicando à memória e ao patrimônio cultural de Pelotas. Segundo Rezende (2010, p.14), ele teria sido o responsável por trazer para a cidade a discussão sobre a preservação do patrimônio.

Esse período abarca décadas nas quais o governo nacional toma para si a responsabilidade da proteção dos bens patrimoniais. De acordo com Maiquel Rezende, “A trajetória de institucionalização do conceito de patrimônio no Brasil coincide com o tempo em que Moraes trabalhou na Biblioteca Pública Pelotense” (2010, p.142), de forma que, seu percurso como agente de preservação do patrimônio acompanha a história de institucionalização das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio no país.

A dedicação aos bens culturais foi encarada por Moraes como mais do que um trabalho, mas quase uma devoção, uma missão, como pode ser captado na declaração do

¹⁰ Segundo o trabalho de Maiquel Rezende, Henrique Carlos de Moraes começou a trabalhar na instituição aos 35 anos, e mesmo após sua aposentadoria, no final da década de 1970, permaneceu ativo biblioteca praticamente até sua morte em 1986. Mais informações ver REZENDE, Maiquel G. de. Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933-1986). 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

diretor, retirada de uma reportagem do jornal Diário Popular de 18 de janeiro de 1954, que comemorava os cinquenta anos do Museu da Biblioteca Pública Pelotense:

Todos nós devemos a sociedade uma soma de sacrifícios e obrigações que correspondem a energia individual com que nos favoreceu a Providência. Coube-me a honrosa missão de defender seu patrimônio histórico e artístico das mãos criminosas e da indiferença pública¹¹.

De acordo com Maiquel Rezende (2010, p.60-61), foi em 1940 que foi nomeado por merecimento Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, após ter ingressado no serviço público federal como perito em Belas Artes. No mesmo ano, foi o primeiro funcionário a ser nomeado para dirigir o Museu da Biblioteca Pública Pelotense. Além desses cargos, Moraes também era membro da Associação dos Arquivistas Brasileiros e professor de artes plásticas brasileiras no curso noturno mantido pela biblioteca.

Como conservador do SPHAN, produziu relatórios, processos de inventários entre outros documentos relativos à preservação do patrimônio regional. Ao mesmo tempo, desenvolveu no Museu da Biblioteca Pública Pelotense um trabalho relacionado à coleta, guarda e preservação de bens culturais, além de publicar uma série de artigos em jornais locais e revistas de circulação estadual e nacional (REZENDE: 2010, p.133).

Assim, Moraes acumulava duas funções, a de Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e de Diretor da Biblioteca Pública Pelotense, da qual não recebia remuneração (REZENDE: 2010, p.56). Com a sua entrada no órgão e a nomeação para a diretoria do museu da biblioteca, Maiquel Rezende aponta o início de ações para fomentar a cultura museal na cidade, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento de preservação dos bens culturais e do patrimônio edificado (2010, p.68). Dessa forma, segundo o autor, Henrique Carlos de Moraes pode ser relacionado com o desenvolvimento do conceito de patrimônio em Pelotas, sendo que a sua noção de guarda teria gerado interesse no surgimento e fixação de instituições museais em Pelotas e região (2010, p.18).

Para ilustrar o trabalho de Moraes no SPHAN, Maiquel Rezende utiliza os “Boletins de Merecimento”¹² de 1957 e 1961, que eram documentos de avaliação dos trabalhos realizados no órgão. Com questões sobre a responsabilidade dos atos, descrição, rotinas de trabalho, além de faltas, apurações sobre pontos de desenvolvimento do trabalho, o boletim traçava um índice de merecimento através de uma tabela com pontos positivos e negativos. Os

¹¹ Jornal Diário Popular, 18/01/1954 - Testemunhos vivos do labor dos séculos: Peças valiosas reunidas em 50 anos no museu de Pelotas

¹² Documentos disponíveis no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, pasta CDOV – A/HCM 018.

resultados de Morais, nos dois documentos, apontavam para o total aproveitamento da função (2010, p. 60-61).

Além desse campo de atuação regional, Ana Lucia Goelzer Meira ao apresentar um quadro geral sobre os representantes do IPHAN no Rio Grande do Sul desde 1937, cita o nome de Henrique Carlos de Morais (2008, p.477-478). Ele teria intermediado o tombamento da Igreja Matriz de São Sebastião em Bagé, solicitado em 1944, pelo pároco local que visava obter recursos para a restauração. Três anos depois, foi pedida ao Henrique Carlos de Morais alguma documentação sobre o bem (MEIRA: 2008, p.255). Outro pedido que passou pela intermediação de Morais, foi a Casa de Ferreira Viana, cujo pedido partiu da municipalidade de Pelotas. Segundo matéria sobre o assunto do Diário Popular de 24 de maio de 1954, seria “transformada em relíquia histórica”, dando a entender o ato de tombamento como capaz de transformar relíquia em bem, ao legitimar seu valor histórico. A casa acabou não sendo tombada (MEIRA: 2008, p.299).

Outro processo no qual trabalhou foi no do Obelisco Republicano Domingos José de Almeida¹³, primeiro monumento tombado em Pelotas. Segundo Maiquel Rezende (2010, p.96), ele representa o início de uma efetiva intenção política de patrimonialização no que se refere às edificações e monumentos da cidade. Foi a partir dele que foram iniciados os outros processos de tombamento. O autor coloca que o Obelisco era visto por Morais como um documento que exaltava o ideário republicano em Pelotas (2010, p.98).

Ana Meira aponta que nas correspondências que pesquisou no Arquivo Noronha Santos, que as referencias a Henrique Carlos de Morais aparecem em 1965, na condição de Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em correspondência que enviou ao diretor do SPHAN com o timbre do Ministério da Educação, Morais se refere a Rodrigo Melo Franco de Andrade como chefe e amigo¹⁴. Ao responder, o diretor estabelece uma protocolar distancia denominando-o “Senhor Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”¹⁵ (2008, p.290).

¹³ Aqui já aparece o interesse de Henrique Carlos de Morais por temas ligados à Guerra Farroupilha, pois D José de Almeida foi Ministro da República Rio-grandense, fundada durante o conflito. De acordo com o Jornal Diário Popular de 08 de janeiro de 1956, o monumento foi erigido em 1884, ainda na monarquia, o único no país consagrando os ideais republicanos.

¹⁴ Correspondência de 18.01.1965, assinada por Henrique Carlos de Morais e dirigida a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Informação retirada da tese de Ana Lucia Goelzer Meira: O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção, que pesquisou no Arquivo Noronha Santos.

¹⁵ Correspondência de 22.01.1965, assinada por Rodrigo Melo Franco de Andrade e dirigida a Henrique Carlos de Morais. Informação retirada da tese de Ana Lucia Goelzer Meira: O patrimônio histórico e artístico nacional

Contudo, no Fundo Henrique Carlos de Moraes no Arquivo da Biblioteca Pública, aparecem já em 1942 duas correspondências de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao diretor do museu. A primeira, datada de 12 de outubro de 1942¹⁶, trata da direção do Museu das Missões, na qual o diretor do SPHAN pergunta ao seu representante de Pelotas, qual a remuneração mensal que interessaria a ele para assumir o cargo, qual a organização administrativa que lhe pareceria recomendável para o referido museu, o número e a remuneração de auxiliares necessários e a possibilidade da direção do museu ser exercida na residência do zelador.

Com a mesma data, também foi encontrada uma correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Prefeito de Santo Ângelo, Policarpo Gay, apresentando Henrique Carlos de Moraes como o responsável pelos estudos sobre a organização administrativa que seria dada ao Museu das Missões em caráter definitivo, recomendando “com empenho” Moraes¹⁷. Sobre esses estudos, Moraes relata em outro documento

Voltei ao Sul para a Região Missioneira, credenciado pelo então Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor Geral do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apresentar Relatório sobre as Ruínas de São Miguel, São João Baptista, etc., no município de Santo Ângelo. Esse meu trabalho sobre a Região Missioneira fez jus a participar como funcionário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC. Fiz Prova e fui aprovado: - primeiro como Perito em Belas Artes, depois por merecimento Conservador do P.H.A.N e por último como Técnico Assuntos Culturais de Nível Superior aposentado¹⁸.

A tratativa para que estudasse a criação do Museu das Missões, no local que despertava interesse não só do governo do estado por ter sido o primeiro “lugar histórico” do Rio Grande do Sul, como visível interesse do SPHAN, é um indicativo do papel desempenhado por Henrique Carlos de Moraes na área de preservação do patrimônio estadual.

Como já citado anteriormente, as Missões assumiam grande relevância para o órgão nacional, Meira coloca que “a proteção às obras dos jesuítas no território nacional, bem como à produção artística das Minas Gerais, foram prioridade nos primeiros anos do SPHAN” (2008, p.225). Ao listar os bens a serem tombados, Augusto Meyer, retrocede até o século

no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção, que pesquisou no Arquivo Noronha Santos.

¹⁶ Disponível na pasta CDOV – A/HCM-027.

¹⁷ Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao prefeito de Santo Ângelo, Policarpo Gay, de 12 de outubro de 1942. Disponível na pasta CDOV – A/HCM-027.

¹⁸ Henrique Carlos de Moraes, A Minha formação de museólogo. 10 de junho de 1986. Disponível no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, pasta CDOV – A/ HCM-010.

XVIII “certamente devido ao alerta de Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre as Missões” (MEIRA: 2008, p.255). Meira coloca ainda, baseada em Márcia Chuva, que a Guerra nas Missões, juntamente com a Inconfidência Mineira, estavam associadas a ações de construção da nacionalidade, tendo inclusive um herói popular em Sepé Tiaraju, apropriado por diversos segmentos da sociedade, desde integrantes do Movimento dos Sem-Terra até os latifundiários (2008, p.242).

Assim, se percebe a grande carga de significado que as Missões adquiriam, bem como a relevância da indicação de Henrique Carlos de Moraes para a organização inicial do Museu do local, mesmo sem ter uma formação na área, e com uma curta experiência, pois na época era diretor do Museu da Biblioteca Pública há apenas dois anos.

Voltando-se para Pelotas, Moraes influenciou na constituição de políticas patrimoniais na cidade. Nesse sentido, Maiquel Rezende coloca que a legislação orgânica subsequente ao tombamento do Obelisco Republicano pode ser considerada uma consequência do trabalho realizado por Moraes (2010, p.99). Nesse sentido, o autor diz que

A história do desenvolvimento da ideia de preservação na cidade tem Moraes como um dos seus protagonistas, podendo-se ver, por meio de suas atividades, a tentativa de implementação do que estava sendo discutido em âmbito nacional, apesar de suas limitações teóricas (2010, p.100).

Assim, ainda segundo o autor, a atuação de Moraes a serviço do SPHAN, pode ser interpretada dentro de um contexto de aplicação de uma política federal de preservação do patrimônio, de forma que os debates ocorridos em âmbito nacional tinham respaldo em Pelotas por meio do trabalho desenvolvido por ele (2010, p.133).

1.3 Adão Amaral e a busca pela “memória farroupilha”

As ações de Adão Amaral em defesa do patrimônio foram mais concentradas na cidade de Piratini e no Museu Histórico Farroupilha. Contudo, se levarmos em conta a carga simbólica contida no imaginário construído entorno da Guerra dos Farrapos e o sentido de referência que ela dá aos moradores da cidade, seu trabalho como sistematizador dessas memórias e significados torna-se importante para a compreensão da constituição da memória regional.

Nascido em Piratini, Amaral foi designado para organizar e dirigir o Museu Histórico Farroupilha, e pelos relatos e correspondências pesquisados, percebeu-se ele teve um posição referencial em assuntos que dissessem respeito à preservação do patrimônio da cidade.

De acordo com Iracema Dutra, professora e pesquisadora da história de Piratini, o diretor chegou a receber da direção do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, portarias de louvor por sua eficiência e atuação administrativa. Também teria sido agraciado pelo prefeito de Piratini Carlos Souza Carvalho com uma “Menção Honrosa”, por sua contribuição à memória histórica de Piratini (2006, p.307).

Essa contribuição pôde ser percebida em algumas correspondências encontradas no Museu Farroupilha. Foi por essa documentação que se descobriu por exemplo, que em 1953¹⁹ Adão Amaral fora solicitado para compor uma comissão de conterrâneos para opinar sobre o tombamento de determinado setor da cidade, de forma que ele era tido como uma das pessoas mais indicadas e entendidas do assunto para um projeto tão importante. Talvez essa menção como agente de patrimônio de Piratini estivesse ligada aos contatos mantidos pelo diretor, o que pode ser identificado ainda na mesma correspondência, quando ele afirma ao prefeito da cidade, que antes de aceitar o convite teria entrado em contato com “estudiosos do assunto, em Porto Alegre e também de pessoas autorizadas nessa cidade”. Entre esses estudiosos estava Dante de Laytano, que teria se pronunciado favorável ao tombamento, além do arquiteto e urbanista José Lorenzoni, funcionário do SPHAN. Assim, finaliza indicando a preservação da cidade vista por ele como um serviço prestado “ao Rio Grande, ao Brasil, a posteridade e que será aplaudido por todos os filhos dessa terra, que tem respeito e veneração pelo passado de Piratini e seus heróis farroupilhas”.

Em outra correspondência²⁰, a opinião de Adão Amaral é solicitada sobre um canhão localizado na Praça de São José do Norte. Aparentemente, a propriedade do objeto teria sido reivindicada, e só permaneceria no local mediante um pagamento do Governo do Estado. Em resposta, ele comenta que o governo municipal de São José do Norte estaria mais em condições de opinar do que ele. Contudo, “como zeladores do Patrimônio Histórico Farroupilha”, pede alguns esclarecimentos sobre o caso, e se posiciona:

Ainda que não fossem levados em consideração os esclarecimentos acima desejados e supondo-se que o Governo do Estado venha a adquirir o canhão ofertado, como se procederia a avaliação? Como ferro velho, ou é possível

¹⁹ Correspondência de Adão Amaral para o prefeito de Piratini, de 25 de julho de 1953. Disponível no Museu Histórico Farroupilha.

²⁰ Correspondência de Adão Amaral de 20 de agosto de 1956. Disponível no Museu Histórico Farroupilha.

avaliar o preço de um objeto, pela causa, heroísmo, desprendimento, etc. do herói a que pertenceu?

Além de esclarecer seu envolvimento com o trabalho, colocando-se como um zelador do patrimônio farroupilha, o que lhe dava condições de opinar sobre o episódio ocorrido em outra cidade. Esse documento também demonstra quais os valores que Adão Amaral dava importância nos bens que deveriam compor esse “patrimônio histórico farroupilha”.

Sua preocupação com a defesa dos bens culturais de Piratini aparece em carta enviada para o diretor da DAC/SEC, Paulo de Almeida Amorim, na qual denuncia os problemas com a preservação enfrentados na cidade: “O patrimônio arquitetônico de Piratini, a primeira capital Rio-grandense, está sendo descuidado e em certos casos até “arranhado” e ainda pior, prédios históricos ruíram”. Na sequência explica que os esforços de dirigentes municipais são limitados por uma lei municipal “falha e mal regulamentada”²¹. Essas colocações demonstram não somente a sua preocupação com a preservação da cidade de Piratini, mas também o seu esclarecimento sobre a legislação existente que considerava ineficiente.

Outra correspondência traz uma crítica ao IPHAN, manifestando-se sobre a delegacia regional que era para os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que era sediada no primeiro: “não sabe-se onde está, é verdade. O que sabemos é que nosso patrimônio cultural, artístico e histórico está indo abaixo, desnecessário citar exemplos, pois todos são conhecidos”²². Assim, aparentemente, pelo menos nessa época, a ação do IPHAN na cidade parecia distante, mesmo com três bens tombados.

Foi também encontrada uma carta em resposta ao prefeito de São Borja, o qual pedia sugestões a Adão Amaral sobre os procedimentos necessários para a instalação de um museu²³. Tal dado o coloca como uma referência em assuntos patrimoniais para além da pequena cidade de Piratini.

Contudo, é importante destacar a relevância e representação que o Museu fundado por Amaral tinha. Como referido anteriormente, a Guerra dos Farrapos, juntamente com as Missões jesuítico-guaranis foram privilegiadas nos primeiros anos de atuação do SPHAN. Somente em Piratini houve dois tombamentos na primeira década de atuação do órgão, com a Casa de Garibaldi e o Palácio do Governo Farroupilha, que foram tombados em 1941 com

²¹ Correspondência de Adão Amaral para Paulo de Almeida Amorim, diretor da DAC/SEC, sem data. Disponível no Museu Histórico Farroupilha. Embora não datada, Adão Amaral se refere ao “IPHAN”, sendo que o órgão era assim denominado de 1970 à 1979, sendo provavelmente desse período.

²² Correspondência de Adão Amaral para Paulo de Almeida Amorim, diretor da DAC/SEC, sem data. Disponível no Museu Histórico Farroupilha.

²³ Correspondência de Adão Amaral para José Pereira Alvarez, prefeito de São Borja em 25 de julho de 1969. Disponível no Museu Histórico Farroupilha.

anuência dos proprietários, segundo Meira (2008, p.272). Já o prédio que abriga o Museu Farroupilha foi tombado apenas em 1952, após execução hipotecária.

De acordo com Meira (2008, p.272), já no início dos anos quarenta, o prefeito de Piratini informara ao SPHAN a situação dos bens tombados na cidade, sendo que no Palácio Farroupilha existia um Hotel e que a Casa de Garibaldi estava em ruínas. Somente no início da década seguinte Rodrigo Melo Franco de Andrade teria solicitado a Dante de Laytano, então representante do órgão no Rio Grande do Sul, que enviasse os nomes e endereços dos proprietários dos bens citados, e também do Quartel General Farroupilha, prédio sede do Museu. Assim, aparentemente, o interesse pelo seu tombamento teria partido do próprio SPHAN, muito distante da longínqua e pacata Piratini dos anos 1950.

Juntamente com essa informação, foram encontradas em reportagens de um jornal de Pelotas, mais dados referentes ao tombamento do prédio do museu. A primeira é ainda do início do ano de 1950²⁴, a qual relata o pedido vindo da Procuradoria Geral do Estado, por ordem do Procurador da República que solicitava informações com referencia ao processo de execução hipotecária do prédio que serviu ao Ministério da Guerra da República Rio-grandense em Piratini. Chama atenção o desfecho da nota:

Ora, como é de domínio público, o palácio em apreço foi a sede governamental em 1835, de Bento Gonçalves da Silva, nos momentos mais agitados da revolução Farroupilha. Agora, o governo, num pleito de verdadeira justiça, uma vez promovida por seu representante legal à respectiva execução, irá transformá-lo em museu²⁵

Outra reportagem, meses mais tarde, vem esclarecer a situação do prédio²⁶, informando que a hipoteca do mesmo estava vencida desde agosto de 1935, sem reivindicação por parte do Estado, que determinara somente em 1950 a execução da dívida²⁷. Mais uma vez aparece a interferência federal, ao solicitar informações sobre a situação do prédio, que teve a dívida de dez anos executada somente após essa intervenção, além da intenção de que o Museu Farroupilha fosse montado naquele local específico, que afinal, havia sido nada menos que o Quartel General Farroupilha. Contudo, não foram encontradas referencias que indicassem como o órgão nacional tomou conhecimento da existência do prédio.

²⁴ Jornal Diário Popular de Pelotas, de 08 de fevereiro de 1950 – Notícias de Piratini – Ex-Ministério da Guerra

²⁵ Jornal Diário Popular de Pelotas, de 08 de fevereiro de 1950 – Notícias de Piratini – Ex-Ministério da Guerra

²⁶ Na época José Inácio Pinheiro era o proprietário do imóvel, e tinha por credor Florisbello Candido de Freitas. Ao ter sua obrigação vencida, teria cedido seus direitos para o Estado.

²⁷ Jornal Diário Popular de Pelotas, de 26 de setembro de 1950 – O prédio do ministério da guerra dos farrapos será incorporado, breve ao patrimônio do Estado

Como já mencionado, a produção histórica no Rio Grande do Sul esteve ligada aos processos de tombamento dos bens culturais, de forma que, pouco antes desse interesse pelo ex-ministério da Guerra, aparece por parte do IHGRS a posição do instituto de defender a ideia de que num dos prédios históricos da cidade de Piratini fosse organizado um “museu farroupilha”²⁸

Todo esse processo entorno da constituição do prédio merece destaque pois evidencia o papel central que o local que abriga o museu assume, e por ter sido escolhido, mesmo com outros dois prédios tombados na cidade, com aparente equivalência simbólica, para abrigar o Museu Farroupilha. Assim como as Missões Jesuítico-Guaranis, definida como delimitação histórica para os tombamentos juntamente com a Guerra dos Farrapos, possuía seu museu, era natural que o episódio farroupilha tivesse o seu. Para a consolidação desse propósito, não poderia ser solicitada qualquer pessoa.

Nesse sentido, se faz notar a importância do papel de Adão Amaral para os propósitos da instituição na época, bem como sua possível capacidade para assumir o cargo. Seu nome pode ter sido indicado pelo amigo e representante do SPHAN no estado, Dante de Laytano²⁹. Segundo Meira (2008, p.273), este tinha um interesse especial na Guerra dos Farrapos, tema com o qual começou sua trajetória como historiador. Assim, encontrou eco na sua atuação como representante do SPHAN quando bens relativos ao acontecimento foram tombados (MEIRA: 2008, p.284). Os indícios sobre a amizade entre Adão Amaral e Dante de Laytano foram comprovados em entrevista realizada com Orly Frotta, cunhado do diretor do museu, que acompanhou esse processo, e informou que Dante de Laytano visitou a cidade na época de fundação do museu³⁰. Também aparecem em correspondência ao então prefeito municipal de Piratini, na qual se refere a Laytano como “professor, historiador paternal e bonachão, Dr. Dante de Laytano, de quem nos honramos de proclamar uma amizade de longa data”³¹.

Uma de suas primeiras ações ao chegar à cidade, segundo seus familiares³², foi a peregrinação ao interior do município e outros lugares para achar os objetos, pois tinha apenas o prédio à disposição. Segundo eles, esse processo tinha a locomoção muito complicada. Mas era uma pessoa bem vista pela comunidade, sendo recebido nas casas. Buscava informações e

²⁸ Parecer publicado na Revista do IHGRS de 1948, comentado por Meira (2008, p.284).

²⁹ Dante de Laytano foi designado, oficialmente em 26 de agosto de 1952 para representar o SPHAN no Rio Grande do Sul (MEIRA: 2008, p.274).

³⁰ Orly Maranini Frotta, entrevista realizada em 14 de março de 2010 por Joana Soster Lizott.

³¹ Correspondência de Adão Amaral ao prefeito de Piratini, 10 de julho de 1969. Disponível no Museu Histórico Farroupilha.

³² Raul Amaral, Ceura Amaral Frotta e Orly Maranini Frotta, entrevista realizada em 27 de outubro de 2007, por Augusto Duarte Garcia. Entrevista concedida como contribuição para o projeto Museus e cidades: registros de uma relação nem sempre tão harmônica.

objetos sobre a revolução farroupilha, pois esse era o objetivo inicial, mas as pessoas acabavam contando também sobre a história de Piratini, o que ele não ignorou na montagem do museu.

Esses indícios apontados refletem a postura de Adão Amaral frente a preservação da Capital Farroupilha, encarada por ele como uma missão para com as futuras gerações. Assim, pode ser entendido como um agente de patrimônio, não só pelo esforço em organizar o museu farroupilha e por dar lugar nele para a comunidade local, mas também por suas atitudes de denuncia ao descaso com os bens culturais da cidade, e da busca de auxílio junto a órgãos superiores.

2. “Conservador de museu”: a construção de discursos nos Museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense

Pelo capítulo anterior foi possível compreender os personagens estudados envolvidos num determinado contexto de proteção do patrimônio cultural e construção de discursos. Pelo trabalho que desenvolveram nos museus, podem ser inseridos na caracterização dada por Chagas a Gustavo Barroso: “interpretes do Brasil, homens de ação política e cultural” (2009, p.25).

Nesse capítulo, serão abordados alguns dos pensamentos e práticas que Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes, como atores sociais desenvolveram sobre os museus e a museologia. Assim, se refere ao que Mário Chagas definiu como *imaginação museal*: “configura-se como a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas” (2009, p.58). Ainda segundo o autor, é essa “potência imaginativa” que confere vida e significado político-social aos museus (2009, p.206).

Como bem aponta Chagas, a imaginação museal de Gustavo Barroso era voltada para o “passado monumental, heroico e grandiloquente”, com o papel de preservar as relíquias históricas desse passado de glórias (2009, p.202). Características essas que se aproximam dos diretores locais estudados. Por isso, partiu-se da referência ao diretor do Museu Histórico Nacional para entender algumas das ações museológicas de Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes.

2.1 Elementos barrozeanos em Henrique Carlos de Moraes e Adão Amaral

A hipótese de que as ideias de Gustavo Barroso teriam chegado às práticas museológicas de Henrique Carlos de Moraes e Adão Amaral surgiu após o contato com alguns

documentos dos arquivos pesquisados, que faziam referência ao diretor do Museu Histórico Nacional, mais especificamente, ao seu livro *Introdução à Técnica de Museus*.

Entre esses documentos, destaco um texto escrito por Henrique Carlos de Moraes para seus sucessores, no qual não só faz menção à obra como referência para o trabalho no museu, como cita trechos da mesma e indica sua participação no Curso de Museus no Rio de Janeiro. Já no Museu Histórico Farroupilha, foi encontrada uma correspondência de Adão Amaral, enviada para o “Professor Gustavo Barroso” solicitando a referida obra, ainda nos primeiros anos do museu.

O uso do livro de Gustavo Barroso pelo dois diretores pode ser entendida pelo caráter de referência que ela tinha na época de atuação de ambos, bem como do Curso de Museus, que era o único no país. Além disso, segundo Maria Célia Santos, o Rio de Janeiro sempre teria sido um centro de referência – por ter os museus nacionais -, para os demais museus estaduais e municipais, influencia essa que aumentou depois da instalação do Curso (1998, p.183).

Tanto o Curso de Museus, como o Museu Histórico Nacional foram caracterizados pela forte presença de Gustavo Barroso. Segundo Regina Abreu (1996, p.168), além de ser o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, teria sido também seu principal ideólogo. Foi durante a sua gestão que se configuraram a formação do acervo e a consolidação da instituição (1996, p.173). Aspectos semelhantes aos diretores estudados, já que ambos foram os responsáveis pela criação dos respectivos museus, reflexos de suas ideias e práticas. Assim como o Museu Histórico Nacional foi um marco decisivo na vida de Gustavo Barroso (CHAGAS: 2009, p.92), o Museu Histórico Farroupilha o foi para Adão Amaral e o Museu da Biblioteca Pública Pelotense para Henrique Carlos de Moraes. Não há dúvida das marcas que cada um deixou nas instituições pelas quais passaram.

Nesse sentido, Ana Audebert Oliveira coloca o pensamento museológico de Gustavo Barroso como uma formulação inaugural no contexto museológico brasileiro, de grande relevância para a construção e preservação da memória nacional. Pensamento e prática que serviram de modelo a ser seguido nos museus (2003, p.41). Assim como Mário Chagas afirma que o papel desempenhado por Barroso no MHN e no Curso de Museus é de justificada importância, sendo ele “inegavelmente, o responsável pelo primeiro grande esforço de sistematização do paradigma clássico de museologia no Brasil” (2009, p.222). Contudo, o autor ressalta que mesmo com essa disseminação das ideias de Barroso, pelo menos até a

década de 1970, ainda “estava longe de se constituir na única linha de força do complexo universo dos museus brasileiros”³³ (2009, p.223).

Segundo Regina Abreu, não havia uma formação específica para profissionais de museus até 1932, quando foi criado o Curso de Museus (1996, p.188). O curso criado durante a gestão de Rodolfo Garcia³⁴, foi “adotado” por Gustavo Barroso, que lecionou a cadeira por ele criada “Técnica de Museus”. De acordo com Aline Magalhães, a partir das suas aulas e visitas a museus do exterior, ele elaborou o livro *Introdução à Técnica de Museus* (2006, p.43). Essa sistematização das disciplinas no curso e nos instrumentos didáticos permitiu que Gustavo Barroso dominasse nacionalmente a formação de profissionais especializados para os museus (2006, p.47). Assim, o seu livro também se tornou uma referência nessa área do conhecimento.

Além disso, Ana Oliveira considera o Curso de Museus como uma continuidade da prática exercida por Barroso no Museu Histórico Nacional, sendo um espaço de perpetuação de suas ideias, que eram transmitidas aos alunos. (2003, p.81). Nesse sentido, Mário Chagas aponta para o caráter conservador e elitista do Curso de Museus, que pelo menos até a morte de Barroso manteve-se intocável. Segundo ele,

O curso de museus foi a pedra angular para a consolidação, a amplificação e a disseminação da imaginação museal barroseana. Preparou seguidores, fez escola e constituiu um grupo de herdeiros que, durante longo tempo, destacou-se nas instituições museais do Brasil (2009, p.101).

Como já citado, Barroso fez o material didático da disciplina que ministrava no Curso de Museus. Ana Oliveira (2003, p.89) traz um trecho da introdução do livro, no qual Barroso ressalta a importância da disciplina na formação do conservador:

A cadeira de Técnica de Museus foi criada por mim e desde o início por mim ocupada. A vasta matéria que abrange nunca foi compendiada numa obra didática e sempre existiu esparsa, sem conveniente sistematização. A obra que agora ofereço aos estudantes é o resultado de estudos, da prática e da constância [sic] durante mais de vinte anos. (...) o que pretendo é tão somente por os que estudam a par da complexidade e extensão dos conhecimentos necessários a um verdadeiro conservador.

A autora coloca que a cadeira ministrada por Barroso era a “espinha dorsal” do curso, com as outras disciplinas contextualizando e informando sobre as técnicas de

³³

³⁴ Gustavo Barroso foi afastado do Museu Histórico Nacional em 1930, e voltou em 1932 quando o Curso de Museus já havia sido criado.

catalogação, conservação e restauração aplicadas ao acervo (2003, p.84). Para ele, a eficiência do curso estava no seu caráter prático, com ênfase no conhecimento aplicado (2003, p.85). De maneira que o caráter técnico do curso era o diferencial na formação do Conservador de Museus. Para Barroso, importava que o conservador pudesse reconhecer o objeto que lhe chegasse em mãos, que pudesse classificá-lo a partir de pesquisas que assegurariam seu valor de um ponto de vista documental, fosse este um objeto artístico, histórico ou arqueológico (2003, p.89).

Ao mesmo tempo em que o livro representava um “esforço de sistematização de conhecimentos esparsos”, como afirma Mário Chagas, ele também “desenhava um determinado perfil do profissional que se desejava formar” (2009, p.106).

Nesse sentido, o autor coloca que Barroso era um dos raros tratadistas sobre o tema dos museus e da museologia. Sendo que seu livro *Introdução à Técnica de Museus* era “considerado uma espécie de Bíblia da museologia no Brasil” (2009, p.105). Era utilizado no curso museus e até os anos 1970 alguns professores do curso davam aula seguindo inteiramente o conteúdo dos livros de Barroso.

O museólogo para Barroso, era o técnico ou entendido em museus, deveria ter um saber detalhista, minucioso e enciclopédico. O seu alvo eram as relíquias do passado, os acontecimentos e episódios revestidos de dramaturgia singular, e não a compreensão da sociedade contemporânea, e menos ainda, o entendimento do lugar social dos museus (CHAGAS: 2009, p.106).

Esse alvo identificado por Chagas é encontrado também nas práticas de Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes. Os museus que construíram eram focados nos objetos, nas relíquias e em certos episódios da história, o que será abordado mais adiante. Além disso, a influência do livro em si aparece em aspectos determinantes do trabalho dos dois diretores.

Em várias correspondências e documentos de Henrique Carlos de Moraes ele se identifica como Conservador. De fato, em um dos documentos encontrados, Moraes acusa a participação no curso de Barroso no Rio de Janeiro. O texto deixado por ele, datado de 1986, meses antes de sua morte³⁵, e que traz algumas de suas concepções e práticas museológicas, é sugestivamente intitulado “A minha formação de museólogo”³⁶. O texto inicia trazendo as

³⁵ Henrique Carlos de Moraes faleceu em 28 de agosto de 1986 e o texto foi escrito em 10 de junho do mesmo ano (REZENDE: 2010, p.109).

³⁶ O mesmo documento foi analisado por Maiquel Rezende, em sua dissertação de mestrado *Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933-1986)*. 2010.

circunstâncias nas quais teria começado seu interesse pela museologia. Esse interesse teria começado ainda na infância, datado e narrado da seguinte forma:

Deu-se aos vinte dias do mês de abril de 1905, quando contava sete anos de idade recebia das mãos do meu saudoso Pai numerosos testemunho (sic) de um passado. Ao receber estas lembranças, a minha satisfação foi enorme, tanto assim que comecei a estudar e classificar o valor de cada peça (...) Devo-lhe a minha formação de museólogo³⁷.

Na sequência, são descritos os presentes dados pelo pai e parentes, amigos. Alguns objetos foram encontrados também como acervo do Museu da Biblioteca Pública Pelotense. Mas o principal que se percebe nas descrições, como constata Maiquel Rezende, é que ele passa a ideia de poder reviver o passado através desses objetos (2010, p.73). “E foi por isso que me fiz museólogo, fruto de informações acumuladas ao longo dos anos, devidamente examinadas e codificadas” conclui Morais.

O trecho final do texto, intitulado “*Para meus eventuais sucessores um conselho*”, é que faz alusão direta a Gustavo Barroso, incorporando partes do livro *Introdução à técnica de museus*. Transcrevo aqui algumas partes, que se assemelham (ou copiam) partes da referida obra:

Para um museólogo a parte mais importante e mais difícil, sem sombra de dúvida, é a classificação dos objetos de qualquer espécie, que tenha de constituir suas coleções. Varia cada museu, segundo sua natureza. Para bem se classificar as peças que devem ser expostas ao público, mister se fez grande cabedal de conhecimentos especializados que somente a teoria não pode fornecer. É preciso que ela se alie a prática as intuições desenvolvidas com o tirocínio e de agudez espiritual³⁸.

O texto foi praticamente copiado da página 14 do livro, tendo apenas suprimido algumas palavras, que sintetizam, mas não alteram o sentido do trecho. Na sequência, utiliza-se novamente da obra:

*O museólogo tem de ser, antes de tudo, um evocador. Um museu conserva justamente para evocar. Porque esta é sua parte dinâmica, sua vida, linguagem, sua forma de perfeição na cultura do País*³⁹.

A frase em destaque encontra-se na página 27 do livro de Barroso, sendo que o complemento dado por Morais não o distancia de seu professor, uma vez que propõe como

³⁷ Henrique Carlos de Morais, A Minha formação de museólogo. 10 de junho de 1986. Disponível no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, pasta CDOV – A/ HCM-010.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem (grifo nosso).

grande função do museu essa valorização literal do passado. Essa mesma citação foi encontrada num texto de Moraes mais antigo, de 1975, intitulado “*Conservador de museu*”⁴⁰, no qual, já pensando em seus sucessores indica o *Introdução à Técnica de Museus*, e coloca, assim como no documento de 1986, as citações do livro de Gustavo Barroso.

Voltando para texto mais recente, Moraes continua,

As condições de natureza pessoal decorrem dos coeficientes, maior ou menor soma de vocação, bom gosto, golpe de vista, prática, boa vontade de servir. Os que possuem todas essas condições de natureza pessoal, as quais resumem no senso inato da medida e da proporção, e no saber, podem desenvolvê-las aprimorá-las com tino e as observações e comparações dele decorrentes, os efeitos dos próprios objetos dependem de sua natureza, de sentimentos que representem.

Na página 12 do livro de Barroso há um parágrafo muito semelhante: “As condições de natureza pessoal decorrem dos coeficientes individuais de zeladores, conservadores e diretores, maior ou menor soma de conhecimento, maior ou menor soma de vocação, bom gosto inato, golpe de vista, prática, boa vontade em servir, etc.” (1951, p.12). Moraes continua seu texto conceituando Museu, Museologia e Museografia. Sua definição é a mesma das encontradas nas páginas 5 e 6 do livro de Barroso. Após colocar as partes da disciplina Técnica em Museus (geral, básica e especializada), finaliza:

Aconselho aos meus eventuais sucessores obra intitulada INTRODUÇÃO A TÉCNICA DE MUSEUS, volume 1º e 2º da Gráfica Olímpia – 1946. Autor meu saudoso professor Dr. Gustavo Barroso, fundador e diretor do Museu histórico Nacional, no ano de 1942 entre Junho a Outubro daquele ano fiz um estágio no estudo das matérias especializadas do valioso curso em apreço.

O livro de Barroso também era conhecido por Adão Amaral, como mostra uma correspondência de sete de agosto de 1953⁴¹. Nela o diretor do Museu Histórico Farroupilha pede ao “Professor Gustavo Barroso” um exemplar do Livro Técnica de Museu. O pedido parece ter sido atendido, pois uma edição de 1951 foi encontrada entre os livros da extinta biblioteca do MHF.

⁴⁰ Henrique Carlos de Moraes, *Conservador de museu*. Maio de 1975. Disponível no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, pasta CDOV-A/HCM-026.

⁴¹ Correspondência de 07.08.1953, de Adão Amaral para Gustavo Barroso. Disponível no arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

Vale ressaltar que, em agosto de 1953 o museu farroupilha ainda estava em fase de formação. Apesar de ter seu decreto de fundação⁴² em 11 de fevereiro de 1953, provavelmente o museu não foi aberto ao público nessa data, uma vez que Adão Amaral só teria ido para Piratini mais de um mês depois⁴³, recebendo o prédio somente em nove de abril⁴⁴, e ainda teve de buscar com a comunidade local – e em outras cidades, como Bagé -, doações de objetos que pudessem compor o acervo do museu. Assim, entende-se que o livro de Gustavo Barroso possa ter servido de referência desde a montagem do Museu Histórico Farroupilha.

A influência da obra de Barroso aparece por exemplo, nas vitrines do Museu Farroupilha. Como mostram as figuras seguintes (figuras 1, 2, 3 e 4), os modelos que aparecem no volume 1 de *Introdução à técnica de museus*, são muito parecidos com os utilizados no museu de Piratini, como pode ser percebido pelos desenhos feitos por Adão Amaral para a confecção do mobiliário expositivo⁴⁵.

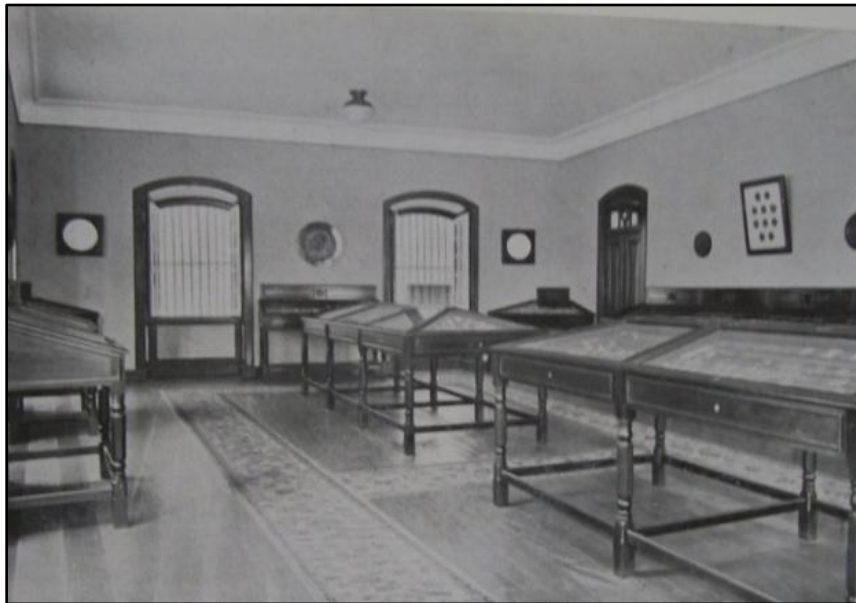


Figura 1: Sessão de numismática do Museu Histórico Nacional.

Fonte: BARROSO: 1951, p. 33

⁴² Decreto nº 3853 de 11 de fevereiro de 1953.

⁴³ Correspondência de Adão Amaral para o Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura de 23 de março de 1953. Disponível no arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

⁴⁴ Correspondência de Adão Amaral para o Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura de 9 de abril de 1953. Disponível no arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

⁴⁵ Documentação de tomada de preços para mobiliário. Disponível no arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

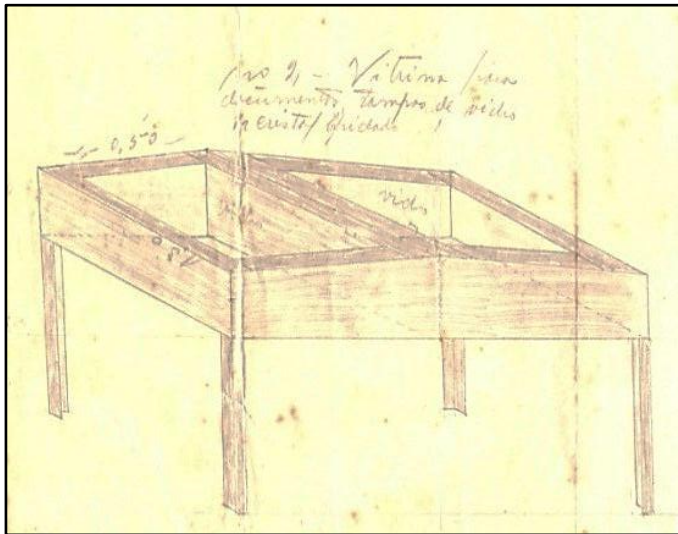


Figura 2: Modelo 2: vitrine em cedro com lâminas de vidro meio cristal lapidado
 Fonte: Arquivo Museu Histórico Farroupilha



Figura 3: Vitrines usadas na sala dos Vice-reis (BARROSO: 1951, p.49).

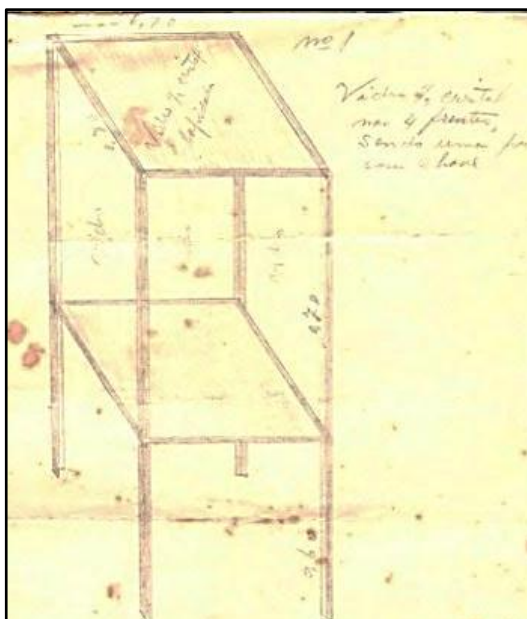


Figura 4: Modelo 1: vitrine em cedro com lâminas de vidro meio cristal lapidado
 Fonte: Arquivo Museu Histórico Farroupilha

Essas vitrines projetadas por Amaral foram realmente construídas, além de outras de desenhos que não foram aqui colocados. Mesmo com a revitalização que o MHF passou em 2002, boa parte desse mobiliário foi aproveitado na parte térrea do prédio, que expunha algumas peças não relacionadas ao período farroupilha.

Embora se note que os desenhos, e mesmo as vitrines que ainda existem não são exatamente iguais aos modelos reproduzidos no livro, a influência do exemplar em si mostrado por Barroso é clara. A vitrine da figura 1 por exemplo, utilizada para a sessão de numismática no Museu Histórico Nacional, poderia muito bem servir ao acervo do Farroupilha, que desde o início recebeu várias doações de moedas e cédulas. Infelizmente não foram encontradas fotografias da utilização desse mobiliário, ou mesmo da exposição montada por Adão Amaral como um todo. Os registros fotográficos que o museu possui, da época do diretor, permitem inferir no sentido das relações que ele desenvolvia com os objetos, o que será trabalhado mais adiante.

Nesse sentido, pode-se inferir que os dois diretores estudados foram influenciados em alguma medida pelo trabalho que Gustavo Barroso desenvolvia no Museu Histórico Nacional e no Curso de Museus, bem como de seu livro *Introdução à Técnica de Museus*, referenciado diretamente tanto por Adão Amaral como por Henrique Carlos de Moraes. Essa constatação traz uma dimensão do alcance das práticas museológicas de Barroso, que chegaram até ao extremo sul do Brasil.

2.2 O “Culto da saudade” – a prática antiquaria herdeira de Gustavo Barroso

Ao pesquisar o trabalho desenvolvido por Henrique Carlos de Moraes e por Adão Amaral nos museus que construíram, percebeu-se que ambos possuíam visão saudosista e nostálgica do passado. Tal imagem era passada para as exposições, que valorizavam os “heróis”, os grandes feitos (principalmente guerras) e principalmente os objetos, tratados como relíquias⁴⁶.

Esses aspectos, que serão aqui abordados, acabaram sendo relacionados ao que Gustavo Barroso chamou de “*Culto da Saudade*”.

De acordo com Érika Cerqueira, Barroso empregou essa expressão em um artigo no *Jornal do Commercio*, em 1912. Nesse artigo, ele fazia uma crítica à geração da época, chamando atenção para o esquecimento da história e da tradição nacionais. “Estabelecia a

⁴⁶ De acordo com Krzysztof Pomian, relíquias são os objetos que se crê que tenham estado em contato com um deus ou um herói, ou que sejam vestígios de qualquer grande acontecimento do passado (1997, p.59).

importância de sentir, estimar e evocar o passado, afirmando sobretudo a necessidade de salvá-lo do esquecimento” (2010, p.1). Dessa forma, a autora interpreta que o Culto da Saudade representa uma atitude em relação ao passado, uma busca para torna-lo vivo no presente (2010, p.2). “Essa nova configuração do passado tem por objetivo também tornar presente os fatos passados de forma que seja possível vivenciar os feitos e ações pretéritas por meio do relato e do contato com objetos antigos” (2010, p.5).

Nesse sentido, Aline Magalhães afirma que, quando Barroso escrevia para a imprensa sobre o “Culto da Saudade”, vivia um momento de mudanças, com padrões de modernidade das potências capitalistas impondo novas referências e novos valores à sociedade brasileira. Segundo a autora, havia uma crise dos valores tradicionais na política, nas crenças religiosas e nas concepções estéticas. Além disso, o êxodo rural aumentava a população das cidades de maneira desordenada, levando a reformas de saneamento, embelezamento e modernização, sacrificando as antigas edificações que poderiam perpetuar seus referenciais e valores no presente (2006, p.24).

Dessa forma, Aline Montenegro Magalhães (2006, p.137), coloca que ao ver seus referenciais destruídos pela modernidade, Barroso teria se empenhado em salvar o passado, numa atitude colecionista que apontava para a possibilidade de reviver, dentro de uma perspectiva romântica, um tempo tido como ideal. Assim, essa relação do diretor com o passado e as suas concepções de história nacional foi transposta para as salas de exposição (2006, p.139). Essa opinião é corroborada por Ana Audebert Oliveira que diz que a musealização foi uma das alternativas encontradas por Barroso para manter viva a tradição que considerava “a alma da pátria” (2003, p.38).

Nesse sentido, Regina Abreu aponta como característica do diretor a crítica ao individualismo moderno e a uma nova ordem mundial originada com a Revolução Francesa. Assim, contrapunha à sociedade moderna o culto às tradições (1996, p.63). Segundo a autora, “numa sociedade dominada pelo culto às novidades, pelo apego à mudança, Gustavo Barroso contrapôs a preservação de milhares de objetos fadados ao desaparecimento. O ato de conservar vinculava-se a uma função eminentemente prática: fazer amar à pátria” (1996, p.199).

Aline Magalhães (2004:p.29) coloca que a ideia de Barroso parecia apontar para o museu como um templo em que se devota a história pátria, cultuando heróis e grandes acontecimentos, através do contato com os restos dessas épocas, constituindo as relíquias nacionais.

o *culto da saudade* deveria ser um ritual sagrado e oficializado, no qual os cidadãos reverenciariam os heróis nacionais, a exemplo da devoção dos fiéis católicos aos santos. As relíquias, nesse ritual, assumem papel semióforo fundamental. Por terem entrado em contato com algum vulto ilustre ou estado em “grandes acontecimentos”, recebiam uma aura de sacralidade, que ligava os vivos aos mortos pela afetividade. Nessa relação com o passado não havia lugar para a razão ou a crítica, pois as emoções deveriam emendar essa experiência de se conhecer o que não mais existia (2004, p.29).

Considerando o critério de entrada de objetos no museu, Aline Magalhães afirma que os valores históricos eram mais prestigiados, atribuído as épocas que tenham pertencido a algum personagem exemplar ou feito parte de eventos tidos como gloriosos (2004, p.33).

Dessa forma, os trabalhos de pesquisa realizados, no sentido de cientificizar o “culto da saudade” que era realizado nas galerias dos heróis e dos grandes acontecimentos, eram feitos estudos sobre cada objeto que compunha o acervo, assim como biografias dos “grandes homens” e descrições sobre como os fatos históricos aconteceram, sempre relacionados aos objetos da coleção, eram os temas mais recorrentes nessa publicação, conferindo a veracidade do discurso tridimensional (MAGALHÃES: 2004, p.47-48).

Além disso, para Ana Oliveira, o “Culto da Saudade” pode ser entendido como a origem do conhecimento e da prática aplicados por Barroso no Museu Histórico Nacional (2003, p.46). Isso numa prática que privilegiava uma atitude sensorial em relação ao passado. Assim, no Museu Histórico Nacional, as relíquias e fragmentos do passado eram transformados em documentos autênticos, capazes de recontar a história do país, revivida e evocada nas salas de exposição (OLIVEIRA: 2003, p.46).

Assim, a autora coloca o “Culto da Saudade” como uma atitude antiquária⁴⁷, que vai além do saudosismo e que estabelece uma relação com o passado baseada na valorização emotiva, a partir da qual o passado pode ser revivido, sentido, evocado. Isso porque, Ana Oliveira entende que, se Barroso percebia a tradição como uma forma de manter vivo o passado (por vestígios, relíquias, fragmentos, costumes ou a própria história), evocando-o, então essa atitude parece mais uma tentativa de integrar a experiência do passado na vida

⁴⁷ Ana Oliveira coloca que os antiquários eram eruditos, interessados em História, que podem ser encontrados desde o século XV, particularmente na Europa. Tinham a preocupação em possuir fragmentos, algum detalhe do passado, que poderia ser qualquer objeto, desde que autêntico. Essa relação preocupada com os detalhes, os fragmentos – desde que autênticos -, criaram uma forma de narrar o passado a partir dos detalhes, e menos preocupada em associar esses dados fragmentários em totalidades mais significativas (2003, p.49-50). Sobre os antiquários, Aline Magalhães afirma que, diferentemente dos humanistas, eles consideravam os testemunhos materiais mais confiáveis do que os textuais como fontes de informação sobre o passado. Dessa forma, os objetos não poderiam mentir sobre sua época, tendo informações originais (2004, p.61).

contemporânea, revelando um caráter para com o passado que vai além do saudosismo (2003, p.48).

Nesse sentido, Ana Oliveira considera a atuação preservacionista de Barroso como um conjunto de práticas complementares, representando a tentativa de estabelecer uma relação com o passado através dos objetos, dos vestígios. Ela fundamentaria um saber específico que deu início à Museologia no Brasil, enquanto campo de conhecimento e atuação, tendo o “Culto da Saudade” como a gênese do que sustenta o que Barroso construiu (OLIVEIRA: 2003, p.50).

Nesse contexto, segundo Mário Chagas, a história para Gustavo Barroso, era vivida no campo do passado, “no qual habitavam e do qual vinham as coisas velhas” (2009, p.76). Assim, é possível identificar em alguns dos estudos lidos, a vinculação de Gustavo Barroso com a história *Magistra Vitae* na qual os exemplos são retirados do passado com o objetivo de ensinar, transmitir ou afirmar valores do presente, como define Regina Abreu (1996, p.170). Maria Célia Santos também coloca que através dos objetos ensinava-se ao povo a amar o passado no Museu Histórico Nacional (1998, p.182).

Ainda segundo Regina Abreu, essa concepção de história estaria presente por meio da reunião de biografias que sistematizavam uma galeria de heróis nacionais, através dos quais, pela repetição de suas histórias transmitiam ensinamentos à população em geral. “Com isso, buscava-se garantir a homogeneidade de pensamento no interior da nação” (1996, p.180). Assim, com uma finalidade prática e política, a história como mestra da vida seria enfatizada no Museu Histórico Nacional (ABREU: 1996, p.182).

Aline Magalhães também identifica a concepção de história mestra da vida no espaço do Museu Histórico Nacional, onde “a imagem de nação próspera e bela aliava-se às construções do passado, que fora retomado como um meio de justificar o presente e cultivar o orgulho patriótico, organizando e disciplinando os indivíduos” (2006, p.30). Assim, as salas do MHN eram organizadas com antiguidades autênticas relativas à história do Brasil e à vida de seus grandes homens, forjando a memória e a identidades, sem esforço crítico ou questionamentos. Dessa forma, o aprendizado se realizaria pela via emotiva e sensorial, despertando o sentimento de afetividade no público receptor, diante do que é possível não só enxergar, mas sentir a presença do passado, comprovado pelas peças expostas, que funcionam como testemunho (MAGALHÃES: 2006, p.38).

Dessa forma, “o museu repetia ritualmente, por intermédio de seus objetos, a balada exemplar dos heróis” (ABREU: 1996, p.196), sendo que no museu a história nacional era

evocada como resultado da ação dos heróis, formando uma galeria de indivíduos paradigmáticos vinculados ao culto à pátria (ABREU:1996, p.196).

O herói nacional, de acordo com Maria Eunice Maciel (1998, p.82), recebe esse título por uma atuação de liderança ou uma ação excepcional que os distingue dos demais, não sendo necessariamente a morte que lhe confere esse papel. A autora os diferencia do “homem ilustre”, notável por qualidades consideradas dignas de louvor. Nos casos em que o passado desses personagens se confundem com a história do país, é que ocorrem as “falsificações da história e a manipulação deliberada dos fatos”, são as “figuras emblemáticas”:

Não são elas nem heróis nem homens ilustres, porém são também enaltecidas, notabilizadas e glorificadas. Em sua dimensão simbólica, representam toda uma coletividade e assim, ao serem homogêneas, estão sendo homogeneados todos os que por ela são representados. (MACIEL: 1998, p.83)

Assim, é interessante examinar a problemática que diz respeito às “figuras emblemáticas”, entre as quais a do gaúcho⁴⁸. Figura que é “um emblema, um símbolo, presentificando e personalizando um conjunto social” (MACIEL: 1998, p.83), e utilizada nos dois museus locais estudados.

Pela descrição feita por Mário Chagas (2009, p.94), do Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional de 1924, percebe-se algumas semelhanças com o que se sabe das exposições dos dois museus estudados. As indicações sobre proprietários, procedências e doadores representam dispositivos de negociação de prestígio e significados especiais. Com presença das narrativas biográficas e desejos de demarcação de períodos históricos (CHAGAS: 2009, p.96). Assim, o lugar de maior ou menor destaque dos objetos no museu estava vinculado ao reconhecimento do seu poder de mediação. “Por isso o culto à nação, a tradição e ao passado articulava-se ao culto aos objetos possuidores de poder mediúnico e a personalidades heroicas que podiam ser mediadoras dos valores da tradição e da nação” (CHAGAS: 2009, p.98).

Aline Magalhães (2006, p.40) corrobora a colocação ao colocar que se percebe uma supervalorização dos objetos como possibilidade de contato com o tempo morto, uma atitude romântica de devolver vida ao passado. De forma que, “a observação dos objetos isolados, assim como a apreciação dos fatos aos quais se referem, sem uma necessária ligação entre

⁴⁸ O gaúcho, além de ser homem do campo ligado ao pastoreio, é um gentílico que indica todos os nascidos no Rio Grande do Sul, figura que expressa uma determinada imagem dos habitantes da região, transmitindo ideias de como seriam ou deveriam ser (MACIEL:1998, p.83).

eles, era uma das marcas da tradição antiquária presente nas galerias do Museu”. Segundo ela, a diversidade dos objetos e a forma com que eram distribuídos assemelhavam-se ao que ocorria nos gabinetes de antiguidades, já que todas as peças do acervo eram expostas (2006, p.41).

O desejo de fazer com que os visitantes do Museu amassem o passado, mais do que o compreendessem, a partir da sua presentificação nos objetos, era maior do que uma preocupação propriamente historiográfica. Cada objeto fechava em si o conhecimento do tempo ao qual pertencera, como se fosse uma parte remetendo a um todo que lhe conferia sentido na forma de relíquia (MAGALHÃES: 2006, p.42).

A partir da década de 1930⁴⁹, essa organização das exposições começa a dar espaço à outra, que se assemelhava a um texto sistematizado segundo os paradigmas historiográficos oficiais. Há um aumento das coleções expostas, mas as salas são dedicadas a heróis militares, sendo que os objetos perdem parte de sua autonomia nas possibilidades de estabelecer experiências entre os presentes com o passado, ao ter seu sentido subordinado à representação dos heróis e acontecimentos consagrados pela história e imortalizados nesse lugar de memória (MAGALHÃES: 2006, p. 44-45).

Henrique Carlos de Moraes e a produção de relíquias

No caso do Museu da Biblioteca Pública Pelotense, a principal fonte de indicação do uso do “Culto da Saudade” são os textos produzidos por Henrique Carlos de Moraes, publicados em jornais locais. Segundo Maiquel Rezende, Moraes procurava atribuir um valor científico a esses textos, com objetivo da divulgação das atividades do museu. Os episódios narrados “contemplam uma capacidade rememorativa por meio de objetos materiais” (2010, p.83). Assim, escrevia notas biográficas sobre “grandes personagens da história brasileira e mundial, segundo as perspectivas mais tradicionais” (REZENDE: 2010, p.85). Entre esses nomes, General Osório, Lobo da Costa, Bento Gonçalves, David Canabarro, Duque de Caxias, entre outros⁵⁰. O autor coloca que ele tinha a preocupação de revelar a historicidade dos objetos que compunham o acervo, ao compor os discursos do Museu da Biblioteca Pública Pelotense a partir dos anos 1940, quando assumiu sua direção (2010, p.20). Ele classifica o Museu da Biblioteca Pública como parecido com os gabinetes de curiosidades do século XVII, onde se depositavam muitos objetos. Além de possuir uma lógica muito

⁴⁹ Gustavo Barroso foi afastado do Museu no período de 1930 – 1932, quando Rodolfo Garcia assumiu a direção e modificou a exposição.

⁵⁰ Textos disponíveis no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense - CDOV A/HCM 012.

particular de acesso, onde somente o gestor é capaz de encontrar de forma rápida e precisa toda e qualquer informação (2010, p.67).

Ainda segundo Maiquel Rezende, o discurso museográfico elaborado por Moraes realiza um processo de construção que enfoca estratégias para a preservação da memória, marcando assim a história de cada objeto (2010, p.73). Assim, coloca que algumas das posturas e interpretações de Henrique Carlos de Moraes aproximam-se da atuação de Gustavo Barroso na criação de uma identidade nacional (2010, p.75). Posto isso que Moraes possuía uma forma pretérita de narrar a partir de um conjunto de práticas complementares, um passado entendido como história. Contudo, perceber esse passado de maneira total não era a sua forma de trabalho (REZENDE: 2010, p.76).

A figura 5 seguinte mostra Henrique Carlos de Moraes no Museu da Biblioteca Pública em 1977⁵¹. Note-se a grande concentração de objetos, uma vez que o espaço destinado para o museu era de apenas uma sala, e todo o acervo era exposto. Eram 15 as seções que faziam parte do Museu, dentre elas: Mineralogia, Paleontologia, Ornitologia, Zoologia, Botânica, Numismática, Filatelia, Pinacoteca, Escultura, Arquitetura, Engenharia, Desenho, Arqueologia, Armas e Relíquias (REZENDE: 2010, p.70-71).



Figura 5: Museu da Biblioteca Pública Pelotense em 1977
 Fonte: Arquivo Histórico da biblioteca Pública Pelotense

Apesar da grande variedade de seções, boa parte dos textos produzidos por Moraes se referem a acontecimentos históricos e personalidades, embora também apareça um grande interesse pelas ciências naturais. Destaco nessa classificação das seções, que a parte histórica é dividida em arqueologia, armas e relíquias, apontado para que o seu interesse na História eram as guerras, os conflitos e os objetos que remetessem a eles ou seus protagonistas.

⁵¹ Imagem retirada da Dissertação de Maiquel Rezende: *Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933-1986)*.

Nessas produções, Maiquel Rezende (2010, p.88) coloca que Morais incorporava uma narrativa essencialmente simbólica que lhe permitiu desenvolver um discurso bastante persuasivo e rememorativo. Para Morais os objetos eram veículos que projetavam uma extensa simbologia narrativa. Um objeto não seria simplesmente um objeto, ele era uma história a ser contada. Além do que, percebe-se o tratamento de relíquia dado aos objetos do museu.

Esse é o caso do “Tijolo do Torres”. O material foi retirado da residência onde morou a Família Torres, situada na Rua Major Cícero, 201, supostamente, a casa mais antiga de Pelotas. Dentre as várias hipóteses que teriam motivado sua salvaguarda, além da destacada anteriormente, têm-se aquela que trata do tijolo como um fator de civilização. Morais transforma a peça de 150 anos, em “objeto de culto à memória correspondente ao espírito inventivo do homem”, deixando de ser um tijolo qualquer, passando a ser testemunho do processo de edificação no centro urbano da cidade (REZENDE: 2010, p.89).

Morais também destacou no acervo do Museu o Sinete da República Rio-grandense. De acordo com Maiquel Rezende, o que Morais chamou de o Sinete da República Rio-grandense “foi um dos seus achados mais significativos como pesquisador e agente de proteção do patrimônio” (2010, p.92). Depois de muitos anos e pacientes buscas, Morais acabou por encontrar a prova que tanto procurava, pois, apesar de possuir o Sinete, não poderia dizer que era verdadeiro. Foi somente em 1957, quando recebeu uma grande quantidade de documentos doados por Cássio Brutus de Almeida, neto de Domingos José de Almeida. Neles estavam contidos dois passaportes impressos timbrados com desenho do Brasão de Armas da República Rio-grandense. Na face superior estavam os referendos do próprio Domingos José de Almeida Ministro de Estado da República. Essa descoberta aferiu caráter de relíquia histórica ao Selo de Armas, passando a ser, a partir daquele momento, “peça de museu e de grande valor” (REZENDE: 2010, p.93).

O Sinete encontra-se atualmente exposto na biblioteca Pública, e de acordo com entrevista que Maiquel Rezende fez com Sônia Maria Tavares Garcia⁵², o Selo de Armas era a peça preferida de Morais. Sendo que o desenho do sinete foi usado como timbre na face superior esquerda dos papéis do Museu por mais de 20 anos (2010, p.93).

⁵² Sônia Maria Tavares Garcia é funcionária da Biblioteca Pública Pelotense, e trabalhou por muitos anos ao lado de Morais no Museu. Hoje trabalha na Hemeroteca e no Arquivo Histórico, que ainda possuem documentos recebidos por Henrique Carlos de Morais. Entrevista disponível na dissertação de Mestrado de Maiquel Rezende: *Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Morais e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933-1986)*.

Outo texto importante é “As relíquias da Guerra do Paraguai”, que trata da pistola usada por Bento Gonçalves e à lança que abateu Solano Lopes em 1º de março de 1870. Morais afirma que tanto nos seus escritos sobre biologia quanto sobre fatos históricos, Morais dava destaque aos particularismos dos objetos, algo que, em uma abordagem mais ampla, pareceria um detalhe específico, “o que se supõe ser uma inclinação a compor relicários” (2010, p.95).

Exemplos disso são a franja do ponche do Zeca Netto⁵³, do qual dizia se tratar de “esplendoroso registro da história da cidade de Pelotas” e os estilhaços dos vitrais do mercado público na ocasião de um incêndio, em setembro de 1969. Dentre outros, esses são dois modelos expressivos do modo como buscava atribuir significado a detalhes: “um pequeno fio de tecido pelo qual pretendia em seu discurso imortalizar Zeca Netto e reconstruir um passado através de pedaços” (REZENDE: 2010, p.95).

Assim, ao pensar o “Culto da saudade” em Henrique Carlos de Morais, nos voltamos para essa interpretação que ele tinha da história e do passado, condizentes com as ideias de Gustavo Barroso. A valorização de determinados personagens e a construção de um passado glorioso foram recursos utilizados no Museu da Biblioteca Pública Pelotense, confirmado pelos textos publicados por Morais, que transformavam simples objetos em relíquias.

O Culto ao herói no Museu Histórico Farroupilha

Adão Amaral, diferente de Henrique Carlos de Morais, não tinha o costume de publicar textos, de forma que, essa forma de interpretação do passado trazida por Gustavo Barroso acabou sendo captada nos poucos documentos encontrados no Museu Farroupilha, sobre a exposição antiga.

À parte o museu ser destinado à “epopeia farroupilha” (como Amaral se referia à Guerra dos Farrapos), foi notado, desde o início uma especial atenção na figura de Bento Gonçalves. Inclusive, ainda hoje, o museu dá destaque para esse líder da revolta. Ainda numa das correspondências mais antigas encontradas⁵⁴, na qual Adão Amaral informa que está indo para Piratini para receber o prédio do museu, já há um pedido de verba para ir até Bagé. A

⁵³ Segundo Maiquel Rezende, Zeca Neto foi um dos líderes maragatos da Revolução Federalista de 1923, e manteve a cidade de Pelotas sob seu domínio com grande apoio popular. O conflito contra os chimangos de teria sido motivado pela fraude e violência das eleições que levaram Borges de Medeiros ao governo do Estado.

⁵⁴ Correspondência de Adão Amaral para o Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura, de 23 de março de 1953. Disponível no Arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

solicitação está relacionada à doação, pelo bisneto de Bento Gonçalves, de um busto do General.

Na figura 6, que mostra a antiga exposição do Museu Farroupilha, aparece o referido busto, recepcionando os visitantes no alto da escadaria que dá acesso ao museu, acompanhado pelas Armas Rio-Grandenses, com as palavras “LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE”. A disposição das salas, que continuou mesmo com a revitalização de 2002⁵⁵ que modificou completamente a expografia do museu, demonstra o significado que a imagem de Bento Gonçalves representava para o antigo diretor. O líder, o exemplo a ser seguido, tomando a pedagogia de Barroso, defensor de ideais nobres como igualdade, a liberdade e a fraternidade.



Figura 6: Busto de Bento Gonçalves no Museu Histórico Farroupilha, encimado pelo Brasão de Armas rio-grandense
 Fonte: Publicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: “Pratini 1835-1977”. P.24

Em outra imagem (Figura 7), nota-se o especial interesse de Adão Amaral no personagem, ao sair numa reportagem sobre o museu, destacando as condecorações do General.

⁵⁵ Em 2002, o MHF passou por uma grande reestruturação, na qual todo o acervo que não fosse referente ao período farroupilha foi retirado de exposição – o que não agradou a comunidade local. Mesmo assim, algumas das concepções da época de Adão Amaral ainda persistem, mesmo na exposição reformulada do museu. Para mais detalhes sobre a revitalização do MHF ver: GARCIA, Augusto D. *Museu Histórico Farroupilha: revendo as práticas da revitalização de 2002 e seus resultados até 2008*. 2010. Monografia (Graduação em Museologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

Figura 7: Adão Amaral mostrando as condecorações de Bento Gonçalves no Museu Histórico Farroupilha
 Fonte: Jornal Correio do Povo 26.03.1977



Figura 8: Urna dos votos que elegeram Bento Gonçalves primeiro presidente da República Rio-grandense.
 Fonte: Jornal Folha da Tarde 18.02.1964



Segundo Mário Chagas, preservar troféus e glórias militares seria a garantia da possibilidade de glória com os heróis (2009, p.79). Assim, da mesma forma que Gustavo Barroso construía uma narrativa nacionalista voltava para o culto às relíquias do passado, privilegiando a história política de grandes heróis, das “gloriosas batalhas” e reforçando os “laços com uma atitude romântica em relação à nação” (CHAGAS: 2009, p.91), Adão Amaral também singularizava essa construção histórica. As condecorações do General Bento Gonçalves eram a confirmação da atuação, da bravura do herói.

Também destaco a urna que teria elegido Bento Gonçalves presidente da República Rio-grandense, encima da urna está a imagem (provavelmente), do túmulo de Bento Gonçalves em Rio Grande (figura 8). Dessa forma, o objeto é relacionado diretamente à figura do General. Os três objetos aqui mostrados, que fazem clara alusão ao personagem na exposição montada por Amaral, ainda estão em destaque na exposição atual do museu.

Outra fonte utilizada é um folder⁵⁶ do museu, através do qual documento, percebeu-se que o museu estava assim organizado: na sala um, haviam as “Peças que representam o período farroupilha”, com destaque para a urna mostrada na figura 8, a bandeira da República Rio-grandense, espadas pertencentes ao ministro da guerra Manuel Lucas de Oliveira, além de “vultos da Revolução Farroupilha”. Esses destaques são os que constam no material. A Sala

⁵⁶ O material não está datado, mas junto dele foi encontrado um rascunho com o texto manuscrito, sendo a letra identificada com a de Adão Amaral. Disponível no Arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

VI é dedicada à Bento Gonçalves, com destaque para as já citadas condecorações e outros objetos pessoais do mesmo.

As outras salas (que vão até o número XI), dividem-se em: arcas, armas (de outros períodos revolucionários), numismática e “objetos do século passado”, “objetos de outras épocas”, oratório barroco, a sala dos amigos do museu, instrumentos musicais e por fim, a “sala regionalista”, com objetos da lida no campo. Além dessas salas, havia a biblioteca “Dante de Laytano”, com documentos do período farrapo. Note-se que a organização do museu não tinha uma classificação muito clara, com os objetos sendo divididos ora por tipologia, ora simplesmente por serem do “século passado”.

Por isso, o Museu Histórico Farroupilha construído por Adão Amaral tinha claramente uma postura de valorização de um passado monumental: o da Guerra dos Farrapos, acontecimento heroico e grandioso, e preservando as relíquias desse passado de glórias, representado principalmente pela imagem do General Bento Gonçalves.

Considerações Finais

Se considerado como campo discursivo, afirma Mário Chagas, o museu é produzido como um texto, por narradores específicos que lhe conferem significados histórico-sociais diferentes, com conteúdos interpretativos. Assim, “As instituições museais tem a vida que lhes é dada pelos que nela, por ela, e dela vivem” (CHAGAS, p.61).

Foi nesse sentido que o trabalho aqui apresentado foi pensado. Tanto que o foco da pesquisa, que inicialmente era a trajetória dos Museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense, voltou-se para os personagens que lhes deram vida e as suas próprias vidas. Entende-se assim que a compreensão dessas instituições só foi possível a partir das atuações de Henrique Carlos de Moraes e Adão Amaral.

Nessa investigação, foram encontradas algumas referências ao pensamento de Gustavo Barroso, o que foi explicitado durante esse trabalho.

A tentativa de caracterizar o trabalho de Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes como agentes de patrimônio, revelou o contexto de preservação patrimonial da época de suas atuações, bem como os discursos acerca da construção da História do Rio Grande do Sul que os envolveram.

Começando pela atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no estado, percebeu-se que o órgão máximo de proteção ao patrimônio elegeu dois marcos principais para serem alvo das suas ações. O primeiro marco foi as Missões Jesuítico-Guaranis, para o qual os serviços de Henrique Carlos de Moraes foram solicitados. Como o mesmo indica mais tarde, foi esse trabalho que lhe permitiu ser funcionário do patrimônio histórico e artístico nacional. O outro marco escolhido foi a Guerra dos Farrapos, um dos principais movimentos aglutinadores do povo gaúcho, que além de ter sido abordado com insistência e saudosismo pelos dois diretores, foi expresso na criação do Museu Histórico Farroupilha, o qual Adão Amaral não só dirigiu por mais de vinte anos, como também o fundou e juntou seu acervo.

O privilégio nos valores históricos dos bens tombados pode ser relacionado com a produção historiográfica da época, de forma que a Guerra dos Farrapos, contestada como sendo separatista, passa por um “abrasileiramento” pela construção historiográfica de cunho nacionalista, o que poderia explicar o interesse do SPHAN na criação do Museu Histórico Farroupilha, comprovado pelas informações da pesquisa de Ana Lúcia Goelzer Meira. A tese da autora permitiu verificar que houve um interesse de Rodrigo Melo Franco de Andrade no prédio que hoje abriga o museu, o que levanta uma questão para ser desenvolvida em outra oportunidade: porque aquele prédio especificamente era tão importante, e porque o museu teria que ser montado nele e não nos outros dois edifícios já tombados de Piratini, já que também possuem uma significativa carga simbólica relacionada ao movimento farroupilha.

Além disso, a pesquisa abordou o envolvimento dos dois diretores nas políticas de proteção ao patrimônio cultural da região sul do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, Adão Amaral destacou-se pela função de “zelador” do patrimônio histórico farroupilha, como ele mesmo definia seu trabalho. Contudo, as suas ações para a fundação do MHF e captação de acervo para a instituição acabaram caracterizando-o também como um protetor dos bens culturais de Piratini, tanto pelos objetos relativos à história e cultura da cidade que incorporou ao museu que deveria ser exclusivamente sobre a Guerra dos Farrapos. Fora isso, algumas correspondências mostradas nesse trabalho revelaram que sua opinião era requisitada para assuntos referentes, por exemplo, ao tombamento de parte de Piratini, ou até mesmo sobre a implantação de museus fora da cidade.

A ação de Henrique Carlos de Moraes foi, por assim dizer, mais institucionalizada, uma vez que prestou serviços ao SPHAN. Nessa atividade, intermediou tombamentos na região, como o referido Obelisco Republicano, sendo significativa a sua influencia na constituição das políticas de proteção ao patrimônio na cidade de Pelotas. Ademais, o Museu da Biblioteca Pública só se tornou expressivo para a cidade após ele ter assumido a sua gestão, isso quase quarenta anos depois da fundação da instituição. O acervo que ele incorporou ao museu refletia muito dos seus interesses, desde as ciências naturais, até determinados acontecimentos históricos, critério utilizado para classificar os objetos. Além disso, o acervo de documentos históricos que ele montou incorporado ao museu, constitui hoje o Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, importante fonte de pesquisas.

Na sequência, foram vistos os aspectos que aproximavam Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes do pensamento museológico de Gustavo Barroso.

As primeiras referências foram explicitadas por dois documentos que indicavam o conhecimento da obra “Introdução à Técnica de Museus”, escrita por Barroso, relacionada à disciplina que ministrava no Curso de Museus. Contudo, foi na valorização de um passado monumental, heroico e grandioso, na preservação das relíquias desse passado de glória, que os dois diretores mais se aproximaram do pensamento de Barroso. O “Culto da Saudade”, caracterizado por uma visão romântica e idealizada do passado esteve presente tanto no Museu da Biblioteca Pública Pelotense, como no Museu Histórico Farroupilha.

No primeiro, Henrique Carlos de Moraes, produzia textos num tom rememorativo sobre os objetos que compunham o acervo do museu. Através de pequenos fragmentos (como as franjas do ponche de Zeca Netto), realizava pesquisas e descrições de fatos históricos relacionados aquele objeto, narrando o passado a partir de detalhes. Assim como Barroso fazia, essa atividade dava veracidade ao discurso tridimensional. Era um processo no qual Moraes transformava determinados objetos do MBPP em relíquias, principalmente os relacionados a conflitos que o Rio Grande do Sul se envolveu.

A comprovação de que suas concepções museológicas poderiam realmente ter sido influenciadas por Gustavo Barroso, apareceu no texto escrito por ele e apresentado no capítulo 2 dessa pesquisa, no qual o diretor do MBPP confirma ter participado do Curso de Museus no Rio de Janeiro nos anos 1940. Ademais, não só indica a obra de Barroso aos seus sucessores, como cita trechos do livro. Da mesma forma, foi possível identificar que Adão Amaral, após pedir a obra ao próprio Gustavo Barroso, aproveitou as explicações do livro nas vitrines de exposição confeccionadas para o MHF.

Mas a principal aproximação com o pensamento museológico do diretor do MHN apareceu no aspecto de glorificação do herói – no caso o General Bento Gonçalves. O interesse por objetos pessoais do general, até a dedicação de uma sala do museu especialmente para eles, além da associação direta de sua imagem a símbolos do Rio Grande do Sul (como o Brasão de Armas e a urna da República Rio-Grandense), evidenciam valores de bravura e heroísmo, passados como exemplos para os visitantes do MHF. Essa postura muito se assemelha da concepção de História como mestra da vida, doutrinadora.

Chama atenção que, mesmo com a revitalização de 2002, que modificou completamente a expografia e o museu como um todo (e que era necessária, devido às más condições do prédio e das atividades museológicas em geral), ainda conservou alguns elementos que aproximam dessa concepção dita “ultrapassada” de museologia. O culto ao herói continuava presente, tanto que a sala de Bento Gonçalves continuava no circuito

expositivo. Apesar de mais clara e esteticamente adequada, a nova formulação continuou sem problematizar a revolta, levando a uma legitimação da identidade regional que é colocada, sem levar em conta os aspectos atuais do Estado, a dinamicidade da cultura, perpetuando uma única forma dominante de ver as coisas.

Assim, retomando o objetivo dessa pesquisa, ou seja, a confirmação de possíveis influências de Gustavo Barroso nos museus da Biblioteca Pública Pelotense e Histórico Farroupilha, pelas referências encontradas, pode-se afirmar que ela realmente ocorreu.

Contudo, vale ressaltar que certamente houve outras influências nas práticas desses diretores, mas não foram encontradas referências tão explícitas como a Gustavo Barroso. Somente o nome de Dante de Laytano foi citado por Adão Amaral, cuja concepção de história provavelmente era compartilhada pelos dois amigos. Embora o pensamento museológico barroseano parecesse ter sido dominante na época de atuação de ambos, é difícil acreditar que eles tenham seguido cegamente essas concepções, embora a afinidade de ideias seja evidente.

Outro ponto que se pode depreender do estudo, é que as mudanças conceituais e paradigmáticas que a museologia passou nos na segunda metade do século XX, pouco ou nada afetou as ações nos dois museus, que permaneceram “engessados” por quase todo o tempo de trabalho dos dois diretores. Não há indícios de mudanças nas exposições, ou de atividades educativas. O porquê de eles não terem sido influenciados por essas mudanças no campo, é outro ponto ainda a ser pesquisado.

Ademais, é importante destacar a situação dos dois museus pesquisados atualmente, até porque isso determinou alguns caminhos seguidos na pesquisa.

O Museu da Biblioteca Pública Pelotense perdeu sua sala no prédio da Biblioteca pública, tendo sido espalhado (pelo menos parte dele), por várias partes do edifício. Possui pouca expressão na comunidade pelotense, sendo possível questionar se ainda é de fato um museu. Submetido à direção da biblioteca pública, não foi encontrado um responsável específico para o museu, e não se sabe claramente a situação de todo o seu acervo.

Durante toda a pesquisa, o acesso ao museu foi difícil, sendo que toda a documentação utilizada no trabalho foi a do Arquivo Histórico. Mesmo assim, os documentos classificados como do museu especificamente confundiam-se com os documentos pessoais de Henrique Carlos de Moraes. Esse caráter pode ser percebido no texto “A minha formação de museólogo”, que mistura concepções profissionais e o sentimento de alguém que está para deixar a atividade que exerceu durante quase toda a vida. A interpretação desses documentos

passou a todo o momento por esse aspecto, por essa dificuldade que Morais tinha em separar a vida pública da privada.

Já no Museu Histórico Farroupilha, desde o início a direção facilitou o acesso às dependências do museu e a toda a documentação disponível. A principal dificuldade nesse caso foi a grande desorganização desse material. A documentação institucional, apesar de separada por tipologia, estava em uma sala juntamente com peças de acervo descartadas da exposição após a revitalização, num local que estava longe de ser uma reserva técnica. As condições estavam críticas, com as pastas e envelopes que armazenavam a documentação muito empoeirados. Assim, ressalto a boa vontade dos funcionários do museu, em permitir o livre acesso à sala onde estava esse material.

Desde o início do ano 2011, o prédio do museu passa por uma reforma, estando o acervo provisoriamente no antigo Palácio do Governo Farroupilha. O momento é de reavaliação das condições do museu, da expografia, da relação com a comunidade piratinense, além de uma organização da documentação e armazenamento adequado do acervo.

Por fim, essa pesquisa representa a visão de um, entre tantos aspectos que poderiam ser abordados na trajetória dessas instituições. Contudo, esses diretores hoje quase esquecidos foram os responsáveis pela constituição desses museus, que estão longe de serem os mesmos de suas épocas, e continuam em permanente mutação, de acordo com fatores que vão muito além do espaço físico ocupado por eles, afinal, como coloca Mário Chagas (2009, p.22), os museus são práticas sociais.

Por isso, o julgamento das práticas adotadas por Adão Amaral e Henrique Carlos de Morais só faz sentido se entendida dentro do contexto em que foram estabelecidas. A condenação hoje de escolhas e maneiras de agir utilizadas por eles deve levar em conta, que algumas dessas práticas nunca foram totalmente abolidas, e estão quase que enraizadas, mesmo no século XXI, em boa parte dos museus brasileiros. Daí a necessidade de problematização, contextualização e discussão do trabalho desenvolvido por ambos à qual esse trabalho se propôs a contribuir.

Referências

Fontes Documentais

- Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense
 - Fundo Henrique Carlos de Moraes
 - A minha formação de Museólogo - Pasta CDOV - A/HCM-010.
 - Boletins de Merecimento de 1957 e 1961 - Pasta CDOV – A/HCM 018
 - Correspondência de Henrique Carlos de Moraes à Rodrigo Melo Franco de Andrade de 12.10.1942 - Pasta CDOV – A/HCM-027.
 - Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao prefeito de Santo Ângelo, Policarpo Gay, de 12.10.1942 – Pasta CDOV – A/HCM-027.
 - Conservador de museu – Pasta CDOV-A/HCM-026.

- Hemeroteca Biblioteca Pública Pelotense
 - Diário Popular, 18.01.1954 – Testemunhos vivos do labor dos séculos: peças valiosas reunidas em 50 anos no museu de Pelotas.
 - Diário Popular, 08.02.1950 – Notícias de Piratini
 - Diário Popular, 26.09.1950 – O prédio do ministério da guerra dos farrapos será incorporado, breve ao patrimônio do Estado

- Arquivo Museu Histórico Farroupilha
 - Correspondência de Adão Amaral para o prefeito de Piratini, 25.06.1953.
 - Correspondência de Adão Amaral, 20.08.1956.
 - Correspondência de Adão Amaral para Paulo de Almeida Amorim, diretor da DAC/SEC, sem data.
 - Correspondência de Adão Amaral para José Pereira Alvarez, prefeito de São Borja, 25.07.1969.
 - Correspondência de Adão Amaral ao prefeito de Piratini, 10.07.1969.
 - Correspondência de Adão Amaral para Gustavo Barroso, 07.08.1953.
 - Correspondência de Adão Amaral para o Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura, 23.03.1953.
 - Correspondência de Adão Amaral para o Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura, 9.04.1953.

Fontes Orais

- Raul Amaral, Ceura Amaral Frota e Orly Maranini Frota, entrevista realizada em 27 de outubro de 2007, por Augusto Duarte Garcia. Entrevista concedida como contribuição para o projeto Museus e cidades: registros de uma relação nem sempre tão harmônica.

- Orly Maranini Frota, entrevista realizada em 14 de março de 2010 por Joana Soster Lizott.

Fontes Bibliográficas

ABREU, Regina. **A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus.** Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1954.

CHAGAS, Mario. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro.** Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

CERQUEIRA, Erika Morais. **Cultuando a Saudade: o conceito de história em Gustavo Barroso.** XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Unirio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.

DUTRA, Iracema F. Rua Adão Amaral. In: **História e Memória de Piratini - Em seus bairros, ruas praças e avenidas.** Porto Alegre: Ed. Do Autor, 2008. p.306-308.

GARCIA, Augusto D. **Museu Histórico Farroupilha: revendo as práticas da revitalização de 2002 e seus resultados até 2008.** 2010. Monografia (Graduação em Museologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense.** Porto Alegre: Ed. Universidade\UFRGS, 1998.

MACIEL, Maria E. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In: FÉLIX, Loiva O.; ELMIR, Claudio P. (Org). **Mitos e Heróis: construção de imaginários.** Porto Alegre: Ed. Universidade\UFRGS, 1998. p. 75-87.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937).** Dissertação de Mestrado; orientador: Manoel Luís Lima Salgado Guimarães – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2004.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção.** 2008. 483f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós Graduação em planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso.** Dissertação de Mestrado; orientadora: Margarida de Souza Neves – Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In.: **Enciclopédia Einaudi** (Volume I Memória e História). Lisboa: Casa da Moeda\ Imprensa Nacional, 1983.

REZENDE, Maiquel G. de. **Silêncio e esquecimento**: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933-1986). 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma “identidade nacional”. In: FÉLIX, Loiva O.; ELMIR, Claudio P. (Org). **Mitos e Heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. Universidade\UFRGS, 1998. p. 179-194.